

A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AS DIFERENTES “PORTAS DE ENTRADA” & POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: A. TORMA PIETRO

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Nome dos Autores: A. TORMA PIETRO; M. A. MATTAR YUNES; E. DUARTE DE LIMA; M. SOARES DA SILVA

Resumo

A denúncia ou notificação de uma situação de abuso sexual em qualquer contexto requer ações e intervenções interdisciplinares que dependem da colaboração de um conjunto de pessoas e de segmentos que compõe a rede de apoio social de crianças, adolescentes e famílias. O presente estudo tem por objetivo mapear as instituições e o trabalho dos profissionais que atendem a criança o adolescente, as famílias vítimas de abuso sexual, e dos profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador. Tem por base teórica e metodológica a bioecologia do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner, realizado em uma cidade do extremo sul do Brasil, organizado em duas etapas fundamentais: 1. Mapeamento das instituições e avaliação quanti-qualitativa das formas de atendimento a crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual; famílias e dos profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização dos abusadores; 2. Elaboração de uma proposta de proteção junto aos agentes sociais. Participarão da pesquisa: profissionais da rede intersetorial e da área legal. As atuações profissionais indicam ações isoladas e desconectadas, verificando a necessidade de se propor estratégias de formação de uma rede de atendimento eficaz que tenha como prioridade a criança e o adolescente vitimizado. E ainda, aponta que buscar alternativas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes antecede qualquer outra medida. É importante ressaltar que o abuso sexual é uma modalidade de violência que pode deixar marcas profundas no desenvolvimento da criança e do(a) adolescente vitimizado (a) e por isso exige urgência, capacitação e colaboração em rede na sua intervenção.

Palavras chave: Abuso sexual; rede de proteção; prevenção a violência.

Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema complexo e uma questão global crítica, pois atinge milhares de vítimas no mundo todo violando seus direitos enquanto seres humanos em desenvolvimento. Neste sentido, o educador social necessita refletir sobre as suas causas e inter-relações dentro de uma perspectiva sistêmica em seus múltiplos contextos. Assim, estudar o contexto sócio-ecológico-ambiental das

“portas de entrada” desta modalidade de violência é questão primordial para entender como esta se dá e quais são seus condicionantes. Para tanto, partiu-se da premissa que o Abuso Sexual contra crianças e adolescentes é um crime perverso que pode afetar de forma significativa a vida e o desenvolvimento psicossocial de crianças, adolescentes e famílias.

Além disso, se fez necessário refletir sobre o caminho após a denúncia que pode ser tão ou mais árduo que o precedente a ela. Ressalta-se a necessidade do conhecimento do fenômeno pelos profissionais envolvidos e a prioridade no atendimento à vítima, buscando um atendimento interdisciplinar para que os danos e os traumas não sejam maximizados. A ação constitui-se em um projeto de ensino e extensão devidamente cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande. Assim, são objetivos deste trabalho: Mapear as instituições e o trabalho dos profissionais que atendem a criança, Adolescente e as famílias vítimas de abuso sexual, e dos profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador, buscando compreender o atendimento em rede no município do Rio Grande. Esta etapa diagnóstica pretende proporcionar uma visão longitudinal de todas as instituições envolvidas, suas atuações e possibilidades de interlocuções, com o propósito de construção de uma rede de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Material e Metodologia

O trabalho de pesquisa será desenvolvido junto a rede intersetorial da cidade de Rio Grande, RS, tendo por base os locais pelos quais se sabe que são enviadas a criança, a família e o abusador. São eles: Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Juizado da Infância e da Juventude, Vara Criminal, Promotoria da Infância e da Juventude, Promotoria Criminal, CREAS, Escola e a família das vítimas. Um estudo preliminar mostrou que estas somam 170 instituições envolvidas (3 Conselhos tutelares, 4 Postos da Polícia Civil; 1 Delegacia Civil, 1 Posto da Mulher; 1 Juizado da Infância e da Juventude, 1 Vara Criminal, 1 promotoria da Infância e da Juventude, 1 promotoria Criminal, 1 CREAS, 1 IML, 2 Hospitais; 31 Postos de Saúde; 5 Instituições de Abrigo; 54 escolas municipais urbanas e rurais; 10 pré-escolas municipais; 31 escolas estaduais e 22 escolas particulares. Participarão da pesquisa, ainda, um grupo de 11 pesquisadores, destes 10 são alunos da graduação e 1 doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

A seguir são apresentadas as estratégias metodológicas que nortearam a coleta de dados realizada em duas diferentes etapas de acordo com os contextos a serem pesquisados – rede intersetorial e desenvolvimento do Programa de Intervenção Psicoeducacional com

os profissionais que atendem a criança/adolescentes, familiares e agressores: 1. A inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003) será usada em todas as fases de coleta de dados nas instituições e contextos pesquisados: os pesquisadores farão diário de campo, visitas e permanência com observações por tempo planejado nos contextos pesquisados. A metodologia da inserção ecológica propõe um olhar cuidadoso dirigido para as pessoas, para os processos, para os contextos em questão e o tempo nas concepções da abordagem bioecológica de Bronfenbrenner (1979/1996, 2005). 2. Questionário estruturado para traçar o perfil das instituições que serão pesquisadas. Este instrumento foi criado com o objetivo de buscar os dados gerais da instituição e do serviço que desenvolve. 3. Questionário semi-estruturado com as coordenações das instituições buscando fazer um diagnóstico sócio-ecológico ambiental do atendimento a criança e o adolescente, vítima de abuso sexual, das famílias e do abusador. Este instrumento busca delinear todos os passos executados pela instituição durante o atendimento. A partir da análise deste instrumento será possível perceber quais são as interlocuções existentes entre as instituições e como se dá o fluxo do atendimento. E principalmente, será possível avaliar as dificuldades e problemas existentes que potencializam a revitimização da vítima. 4. Com a análise dos dados dos instrumentos acima, será possível construir um Programa de Intervenção Psicoeducacional junto aos profissionais buscando construir estratégias de prevenção nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem formar uma rede de atendimento eficaz e protetiva que tenha como prioridade a criança e o adolescente vitimizado. Conforme já mencionado acima serão delineados módulos temáticos com base em uma proposta semelhante a que foi desenvolvida por Pietro & Yunes (2008) em uma escola de ensino fundamental junto a professores da rede pública, cujos resultados foram avaliados como positivos. Os temas deverão ser: definições de abuso sexual, sinais e vitimização; sexualidade & desenvolvimento; família contemporânea e suas complexidades; aspectos legais da violência sexual; responsabilidade do profissional social; novas metodologias de trabalho e de prevenção e outros assuntos que podem ser solicitados pelos participantes. Para avaliar a eficácia do Programa de Intervenção serão utilizados dois instrumentos, o primeiro um Jogo de Sentenças Incompletas que será aplicado no início do programa e um questionário de avaliação preenchido pelos participantes.

Conclusão



Os resultados preliminares revelam que as atuações profissionais indicam ações isoladas e desconectadas, verificando a necessidade de se propor estratégias de formação de uma rede de atendimento eficaz que tenha como prioridade a criança e o adolescente vitimizado. Fica demonstrada a burocratização das ações somado a um processo legal moroso que dificulta a efetivação de ações protetivas da criança e/ou adolescente vitimizado. E ainda, aponta que buscar alternativas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes antecede qualquer outra medida.

Entre as principais contribuições apontamos: a possibilidade de compreender e implementar o funcionamento da rede de atendimento por onde passam a criança/adolescente vitimizado, a família e o abusador; potencializar novas estratégias de atendimento que possam minimizar os traumas e restabelecer, sempre que possível, as relações familiares. Com o desenvolvimento do Programa de Intervenção, próxima etapa do trabalho, será possível unir forças e buscar uma única linguagem que vise a proteção integral a criança e/ou adolescente vitimizado. Sabe-se que o caminho após a denúncia pode ser tanto quanto ou mais árduo que o precedente a ela. Por este motivo, o conhecimento do tema pelos profissionais envolvidos e a precocidade e prioridade no atendimento à vítima, devem ser questões primordiais para que o número de danos e de traumas não seja ainda maior. O que se vê, na maioria dos casos, é uma preocupação em provar os “verdadeiros culpados”, o que faz com que tal prioridade exponha ainda mais a criança ou o adolescente a condições de risco. Algumas vezes, os riscos vividos no ambiente familiar se repetem na situação pós-denúncia e seus encaminhamentos. É preciso se ter em mente que uma vez realizada a denúncia e iniciado o inquérito, quem deve proteger a criança e o adolescente é a Sociedade/Estado. Portanto, os desdobramentos dos atendimentos devem ser realizados de forma realmente efetiva, com a absoluta garantia dos direitos fundamentais das pessoas implicadas.

De todas as considerações apresentadas neste texto, fica transparente a necessidade de preparo, formação, capacitação e empoderamento de uma rede intersetorial que fale a mesma “linguagem”, e que tenha claro os objetivos comuns de proteção e de desenvolvimento das pessoas envolvidas em casos de abuso sexual. O funcionamento e o atendimento tecido por uma rede de profissionais habilitados é a solução mais exequível e justa para prevenir que crianças e adolescentes sejam revitimizadas e banidas de seus direitos de amar, brincar e aprender em todo e qualquer contexto.

A proposta apresentada está longe de ser a solução final para este problema social de tamanha abrangência e complexidade. Entretanto, é uma alternativa para promover

mudanças, ou pelo menos desestabilizar estruturas enraizadas que muitas vezes não se dão conta da abrangência das suas atuações no desenvolvimento da criança e/ou adolescente vitimizado. As instituições envolvidas não pode mais furtar-se às suas responsabilidades sociais de propiciar proteção não apenas às crianças e adolescentes, mas também às famílias e ao próprio abusador. Só assim, será possível buscar estratégias de prevenção tendo a formação de uma rede como apoio afetivo e social e preparada para interagir com seu público de maneira humana e respeitosa.

Referências

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In W. Damon (Org.). *Handbook of child psychology*. V. 1. New York: John Wiley Sons, 1998.

CECCONELLO, Alessandra Marques & KOLLER, Silvia H. Inserção Ecológica na Comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, Sílvia H. (org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 267-292

PIETRO, A. T., YUNES, M. A. M. A Denúncia de Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes no Ambiente Escolar In: *Educação e Sexualidade: Identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia ...* ed. Rio Grande : Editora da Furg, 2008.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE NITERÓI/RJ

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável: José Nilton de Sousa

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Autores: Alex Luiz de Oliveira Vieira¹; Aline da Silva²; Ana Beatriz dos Santos Domingos³; Andréa Santos⁴; Bárbara de Castro Correa⁵; Danielle de Souza Rocha Barcellos⁶; José Nilton de Sousa⁷; Juliana Silva Amorim⁸; Odete da Silva Augusto⁹; Thaislayne Nunes de Oliveira¹⁰.

Resumo:

Apresentação do Projeto de Extensão da Universidade Federal Fluminense, “Monitoramento das Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes na Cidade de Niterói/RJ”, que ao analisar os casos de violações dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes em Niterói, busca auxiliar os conselheiros tutelares na operacionalização de suas atividades, a cooperação e difusão de conhecimentos a respeito da temática e a fornecer elementos que venham a subsidiar os órgãos públicos em sua função de formular e gerir políticas públicas de atendimento à crianças/adolescentes. Através da coleta sistemática de dados registrados nos prontuários dos Conselhos Tutelares, alimentação de banco estruturado no programa SPSS e análise das violações de direitos, o Projeto tem estimulado universitários a elaborar trabalhos de final de cursos com a temática; proporcionando o redirecionamento das discussões a respeito do tema no Município e influenciando até mesmo na implantação de mais Conselhos Tutelares na Cidade. O desenvolvimento acadêmico do Projeto tem contribuído para que as questões que afligem as crianças e adolescentes brasileiras possam ser minimizadas.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes; Violações de direitos; ECA.

¹ Bolsista de Extensão/Graduando História - UFF.

² Bolsista PET/CONEXÕES/Graduando Serviço Social - UFF

³ Bolsista Treinamento/Graduando Serviço Social - UFF

⁴ Bolsista de Extensão/Graduando Letras - UFF

⁵ Bolsista Treinamento/Graduando Serviço Social - UFF

⁶ Bolsista de Extensão/Graduando Serviço Social - UFF

⁷ Professor Programa Oficina do Saber/UFF

⁸ Bolsista PET/CONEXÕES/ Graduação Letras - UFF

⁹ Bolsista Treinamento/Graduando Serviço Social - UFF

¹⁰ Bolsista Treinamento/Graduando Serviço Social - UFF



Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente, gerado pela Lei 8069/90, assegura que os direitos da população infanto-juvenil brasileira são soberanos e não podem ser violados ou ameaçados. Este mesmo estatuto cria os Conselhos Tutelares (CT) como órgãos responsáveis para receberem denúncias e providenciar medidas que levem ao ressarcimento dos possíveis direitos violados, instituindo também o Conselho Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) como órgão responsável pela formulação e geração de políticas e de programas para melhoria do atendimento a essa clientela.

Em vista das dificuldades encontradas pelas entidades que atendem a criança e adolescente no município de Niterói/RJ, acredita-se que um mecanismo de monitoramento das violações dos direitos, com recursos de informática, possa auxiliar os CT(s) e o CMDCA em suas funções de minimizarem os conflitos da infância/adolescência em condições de riscos.

Entendendo que a Universidade pode e deve contribuir para a melhoria desse processo, o Programa Oficina do Saber/UFF propôs uma ação extensionista, “Monitoramento das Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes na Cidade de Niterói/RJ”, com a finalidade de estruturar um sistema de registros, utilizando um banco de dados. As leituras e análises dos diversos casos de violações dos direitos das crianças e adolescentes além de viabilizarem uma melhor operacionalização das atividades dos conselheiros, a cooperação e difusão de conhecimentos a respeito da população em referência, fornecem elementos que subsidiam os órgãos públicos na formulação e gestão de políticas públicas de atendimento à crianças/adolescentes.

Material e Metodologia

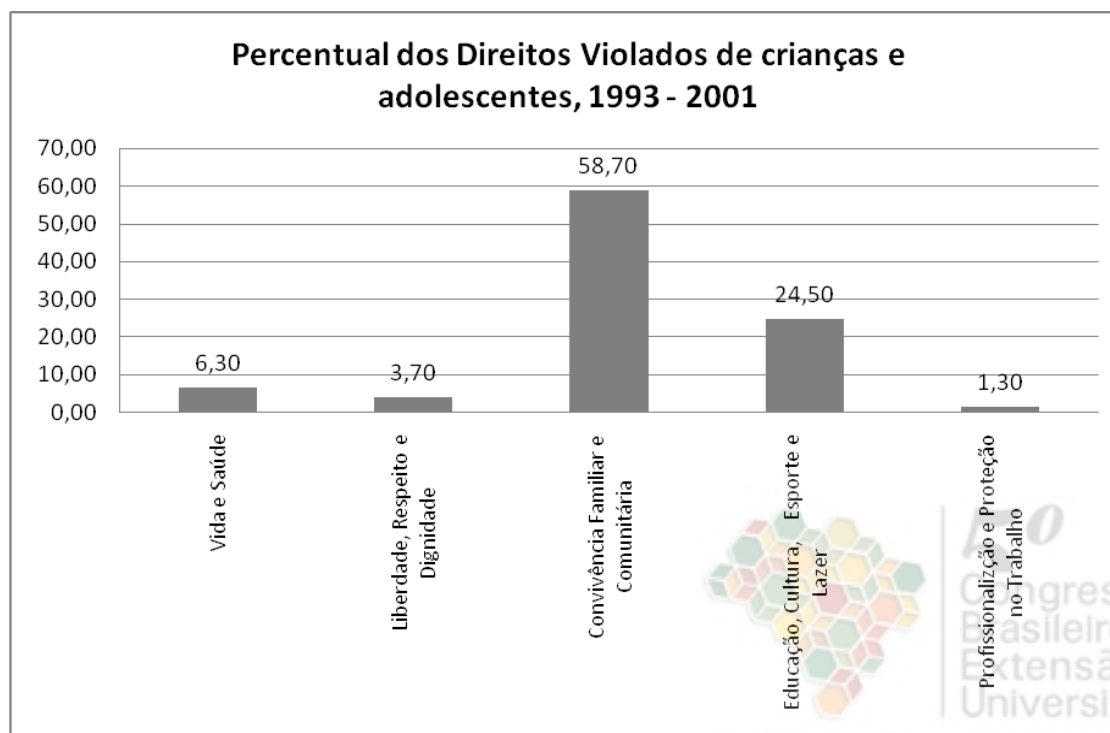
Após uma leitura dinâmica dos prontuários existentes no Conselho Tutelar, uma “ficha-padrão” é preenchida com os dados registrados. Paralelamente, um banco de dados, estruturado no Programa SPSS, recebe as informações coletadas e, então, análises de frequências e cruzamentos com diversas variáveis – sexo, idade, bairro, agente violador, direito violado e outras – são realizadas.

Durante todo o processo são feitos encontros semanais com a equipe envolvida no Projeto não só para discussão e apresentação de dificuldades, sugestões e críticas como, também, para estudos, elaboração de trabalhos a serem apresentados em seminários internos e externos à Universidade.

Resultados e Discussões

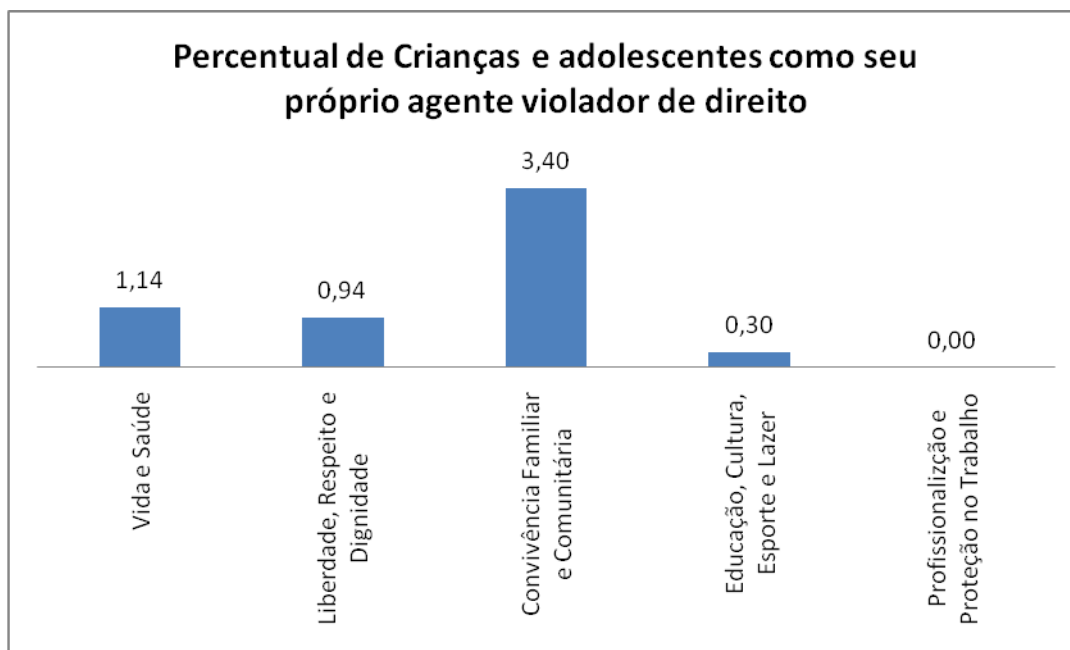
Muitas são as questões até hoje levantadas pelo Projeto em relação às violações das crianças/adolescentes de Niterói.

Com base em 6105 registros do Conselho Tutelar I, no período de fevereiro de 1993 a maio de 2001, os bairros Fonseca (13,9%), Centro (7,5%) e Santa Rosa (6,3%) apontaram os números mais expressivos de violações. O Direito à Convivência Familiar obteve maior destaque com 58,7% das violações, dentre estas 24,7% refere-se à inadequação do convívio familiar, evidenciando a violência física e o conflito familiar entre a criança/adolescente e responsável. No mesmo Direito surgem os atos atentatórios à cidadania com 14,4%, sendo a principal violação o não registro de nascimento. Destaca-se ainda a ausência de convívio familiar com 9,7%, ressaltando a situação de rua. Outro ponto crítico é o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer que apresentou índice de 24,6%, tendo 10% refletidos no acesso à creche/pré-escola devido, principalmente, à falta de vagas. E com 8,5% está o impedimento de ingresso no ensino fundamental, conseqüência também da falta de vagas em escolas diferenciadas ou não diferenciadas. Os pais e o Estado são, respectivamente, os principais agentes violadores dos Direitos mencionados, o que nos permite notar uma possível contradição social, visto que o Estado e a família deveriam proteger as crianças/adolescentes.



Fonte: Programa Oficina do Saber/UFF

Um fato também relevante e um tanto surpreendente mostrado pelo estudo é a negação dos direitos cometidos pela própria criança/adolescente. Dentro dos 5,8% encontrados, 3,4% correspondem à Convivência Familiar e Comunitária. A faixa etária mais preocupante é a de 12 a 18 anos (4,6%).



Fonte: Programa Oficina do Saber/UFF

Segundo o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), este agente violador é o mais difícil de ser caracterizado, pois antes de acusar a criança/adolescente de ser o seu próprio agente violador, deve-se assegurar que a violação realmente não ocorreu pela intervenção de outros. Para compreender as razões dessa problemática é fundamental a discussão sobre o papel do Estado, da Sociedade e da Família. Por isso, refletir sobre estas três esferas significa colocar a criança e o adolescente no âmbito macro, levando em conta as particularidades da situação. Mais do que isso é retirá-los da condição singular de Agente e passar a pensá-los como vítimas da desproteção do setor público e até da família que muitas vezes as expõem a diversos tipos de violência.

Conclusões

A difusão dos conhecimentos produzidos pelo Projeto ao estimular que universitários busquem a temática como proposta para elaboração de seus trabalhos de final de cursos; ao proporcionar dados para que o CT(s), o CMDCA e o Fórum Permanente

em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Niterói redirecionem discussões a respeito do tema no Município, fato verificado na implantação de mais dois CT(s) na Cidade, demonstra que o desenvolvimento acadêmico do Projeto tem contribuído para que as questões que afligem as crianças e adolescentes brasileiras possam ser minimizadas.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069/90.

SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) Manual SIPIA: primeiros passos. 5 ed. Brasília: MJ/DEDH, 2001.

SOUSA, J. N; SANTOS, A; RIBEIRO, P. C OUTROS; RAEDER, C.A.A; QUINTANILHA, R. S; SANTOS, S.P. Violações de Direitos em Niterói/RJ. In: 62ª Reunião Anual da SBPC, 2010, Natal. 62ª Reunião Anual da SBPC, 2010.

SOUSA, J. N; SANTOS, A; BARCELLOS, D. S. R; VIANA, L. N; GONÇALVES, S. N. Um olhar sobre as Crianças e Adolescentes de Niterói/RJ. In: 63ª Reunião Anual da SBPC, 2011, Goiana/GO, 2011.

SOUSA, J. N; SANTOS, A; BARCELLOS, D. R; SOUSA, G. F; GONÇALVES, S. N; OLIVEIRA, T. N. É a Criança/Adolescente seu próprio agente violador? In: 63ª Reunião Anual da SBPC, 2011, Goiana/GO, 2011.

ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL GRATUITO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

Direitos Humanos e Justiça.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. (UESB).

Autor: Diego Sousa Lima¹.

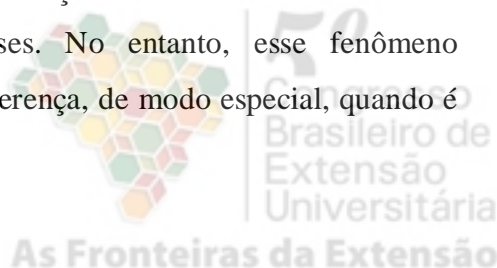
RESUMO

O Núcleo de Defesa da Criança e do adolescente, projeto de extensão do Curso de Direito da UESB, é um espaço multidisciplinar que promove discussões, pesquisas e estudos a respeito dos danos advindos da violência em suas múltiplas revelações, na perspectiva de assegurar os direitos da criança e do adolescente do município de Vitória da Conquista - BA. Seu objetivo central é proteger os direitos e garantias fundamentais das crianças e adolescentes, em conformidade com os princípios e diretrizes instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O público alvo são as crianças e adolescentes, seus familiares e/ ou responsáveis. Os serviços proporcionados são de assistência jurídica e psicossocial gratuita a crianças e adolescentes, seus familiares e/ou responsáveis, em casos de denúncia e apuração da violência sofrida; realização de palestras educacionais e grupos de estudos acerca das agressões contra crianças e adolescentes; além da procura, incessante, de parcerias com entes da sociedade civil para a concretização de um trabalho conjunto.

Palavras-Chave: assistência jurídica e psicossocial gratuita; direitos da criança e do adolescente; Constituição Federal.

1. Introdução

A violência, fenômeno corriqueiro a todas as sociedades, se mostra sempre que alguma pessoa age com excesso de força. É um ato de forçar o indivíduo a realizar ou a deixar de praticar uma ação, avessa aos seus interesses. No entanto, esse fenômeno ordinário à sociedade, não deve ser encarado com indiferença, de modo especial, quando é causa de transgressões aos direitos humanos.



¹ Discente bolsista, do curso de direito da UESB.

Cabe, então, ao orbe acadêmico, uma atuação apta a conjugar e transformar o ensino, a extensão e as variadas formas de investigação, permitindo uma conduta que ultrapasse a barreira da respeitável produção dos referenciais teóricos e biográficos, mas capaz de sobrepor à formação do saber, um intercâmbio entre o conhecimento teórico e a realidade fática.

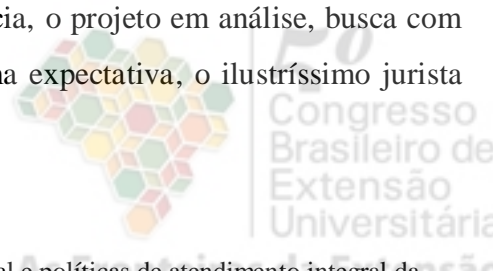
No caso particular das crianças e dos adolescentes, falar em direitos humanos exige uma cautela especial. Para tanto, é preciso, antes de qualquer coisa, reconhecê-los como sujeitos de direito, assim como agentes políticos e históricos, (NOGUEIRA, 2010),². Está posto o ponto de partida da atuação do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente, uma vez que somente através dessa visão seria razoável erigir um debate entre os agentes responsáveis pelo amparo das crianças e dos adolescentes. Esse debate é de estima fundamental, pois permite a ação de pesquisa, uma vez que desperta distintas ponderações, aponta referenciais teóricos e produz novos horizontes.

Depois é assaz relevante respeitar o fato de que as crianças e os adolescentes são pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, carentes de cuidados especiais, e dotados de prioridade absoluta, sobretudo nos momentos em que o confronto com outros grupos da sociedade são inevitáveis, considerando, é claro, que se trate de direitos similares. Por certo, não há muito efeito versar sobre os princípios comuns à infância e juventude sem instituir condições jurídicas para que eles sejam considerados, ai está o porquê da obrigação de um estudo dogmático bem fundamentado. Só assim é possível, através de uma nova hermenêutica, perceber o fato de que na nossa Constituição os princípios são dotados de normatividade, eles são realmente uma espécie de norma, assim como são as leis.

Outra questão de extrema relevância, sem a qual não há possibilidade de avançar, é a nobre percepção de que os direitos constitucionais específicos às crianças e aos adolescentes não excluem a aplicabilidade das demais previsões constitucionais. E ao litigar pelas crianças e adolescentes, vítimas de violência, o projeto em análise, busca com afincos respeitá-los e promovê-los. Dentro dessa mesma expectativa, o ilustríssimo jurista José Afonso da Silva³, leciona afirmando que:

² NETO, Wanderlino Nogueira, Garantia de direitos, controle social e políticas de atendimento integral da criança e do adolescente, p. 37

³ SILVA, Jose Afonso da, Comentários à constituição, pg. 856.



“[...] esses direitos especificados no art. 227 da CF não significam que as demais previsões constitucionais de direitos fundamentais não se lhes apliquem. Ao contrário, os direitos da pessoa humana referidos na Constituição lhes são também inerentes – assim, os direitos à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, como já foi visto, a eles se aplicam, na forma discriminada pelo Estatuto”

Contudo, não cabe ao acadêmico ficar adstrito ao simples estudo da lei ou da doutrina, esperando que a Carta Magna, sozinha, resolva os problemas atinentes à infância e juventude, por isso, urge entender ser essa, uma visão superada. Na perspectiva de uma transformação mútua e contínua, tanto do universo acadêmico quanto da sociedade, é que se apresenta um atendimento jurídico e psicossocial, como verdadeira ponte entre os distintos mundos.

2. Metodologia

O projeto “Núcleo de Defesa da Criança e do adolescente” se propõe a atender toda e qualquer criança e adolescente que tiver seus direitos violados, assim como o acompanhamento daqueles que tenham cometido algum ato infracional. Para tanto, o Núcleo é composto por uma equipe multidisciplinar, a qual trabalha de maneira integrada visando proporcionar um atendimento otimizado e afeto aos preceitos contidos no estatuto da criança e do adolescente.

O Projeto iniciou suas atividades no mesmo prédio onde acontece o Serviço de Assistência Jurídica do curso de Direito da UESB. Entretanto, o reconhecimento dado pela comunidade acadêmica e, em especial, pela população em geral, da necessidade de um novo espaço, favoreceu uma radical mudança. Hoje, o projeto tem sede própria, uma casa que fornece espaço de recepção, sala de reuniões e estudos de caso, lugar para atendimento em equipe, área dos discentes, espaço para atendimento psicossocial, e um ambiente lúdico destinado às crianças.

Como orientação capital a atuação da equipe conta com os trabalhos de uma equipe técnica formada por dois advogados, uma psicóloga, uma assistente social, assim como de alguns discentes, além do apoio da secretária e de uma auxiliar de serviços gerais. Vale ressaltar, que este trabalho necessita de uma constante capacitação teórica de seus membros, conforme doravante se demonstrará.

O atendimento realizado não se confina apenas à assistência jurídica, mas, sobretudo, a um acompanhamento psicossocial, o qual permita que as crianças e adolescentes, usuários do serviço, possam ter o sustentáculo imprescindível para se desenvolverem enquanto sujeitos em processo de formação. É nessa perspectiva que o projeto vem operando, através de estudo de casos, visitas domiciliares e atendimento em equipe, com os atores envolvidos na situação problema.

3. Resultados e Discussões

Todos os atos acima elencados acabam por fortalecer, na rede local, o ECA enquanto dispositivo normativo abalizado no preceito da proteção integral. De fato, essa é uma admirável conseqüência; no entanto, é conveniente pontuar que em determinados casos a prestação de serviço do projeto colabora para que muitas das crianças e adolescentes atendidos ampliem seu projeto de vida, e em outras conjunturas coopera para que os mesmos reestruem seus planos de vida, conforme prescreve o ECA.

Como resultado desse trabalho, é possível lembrar a promoção de diversos eventos, como o curso livre de Psicologia Jurídica e Laudos Periciais, com objetivo de instrumentalizar alguns parceiros, assim como a presença, na condição de companheiro do Ministério Público do Estado da Bahia, na realização do I Ciclo Preparatório 21 anos do ECA, ocasião na qual foi firmado um termo de cooperação técnica entre a UESB e o Ministério Público da Bahia, assinado pelo reitor da Instituição e o Procurador-Geral de Justiça. Tais resultados mostram o esforço do Núcleo em tentar ampliar a necessária rede de relacionamentos que deve existir entre os atores retromencionados.

Recentemente foi formado um grupo, tendo como objeto de estudo o tema da alienação parental. Tal grupo é composto de representantes de múltiplos órgãos e instituições da cidade, como a equipe da Vara da Infância e Juventude, do Ministério Público Estadual, do Centro de Referência em Assistência Social e o Conselho Tutelar. O grupo de estudo é resultado do diálogo constante com essas instituições, e do reconhecimento da assombrosa complexidade dos casos acompanhados pelas equipes, uma vez que elas compõem a rede de proteção da criança e do adolescente da cidade de Vitória da Conquista.

Sem dúvida, um dos resultados tangíveis do projeto de extensão é o seu envolvimento, não só com o grupo acadêmico, mas, sobretudo, com a realidade de cada indivíduo atendido. O efeito é a identificação das necessidades individuais e uma

preparação dos planos de interferência, conforme Luiz Carlos (2004, p. 18), “um projeto social é um planejamento para solucionar um problema e responder a uma carência social. Essa resposta deve ser clara e concreta.

4. Conclusão

Levando-se em consideração toda a sorte de dificuldades enfrentadas pelo Núcleo, como, por exemplo, a escassez de recursos (apesar da boa estrutura física da atual sede) pode-se chegar à conclusão de que mesmo dentro desse complexo contexto, os principais objetivos foram atingidos. Nesse sentido, pode-se trazer à baila o esforço que o Núcleo têm feito para tornar a rede de proteção mais coesa e numerosa, envolvendo, dentro do possível, instituições como o Ministério Público Estadual, Conselho Tutelar, o Centro de Referência em Assistência Social e a Defensoria Pública do Estado da Bahia. Nesse diapasão, pode-se dizer com segurança que o objetivo de tornar mais forte a rede de proteção à criança e ao adolescente foi alcançado.

Em relação aos ganhos acadêmicos, não se pode deixar de fazer referência à experiência humana adquirida durante os atendimentos realizados, extrapolando, dessa maneira, os acanhados muros da Academia. Para arrematar, não pode ser olvidada a mudança para melhor sofrida pela situação problema, pois a atuação do Núcleo permitiu, dentre outros avanços, o aumento da rede de proteção às crianças, adolescentes e demais envolvidos como, também, um atendimento especializado e multidisciplinar para estes.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 9 ed. São Paulo, 2010.

NETO, Wanderlino Nogueira, Garantia de direitos, controle social e políticas de atendimento integral da criança e do adolescente. In: RIBEIRO, Lolete (Org) *et al.* A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção, 1ed, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, p.37, 2010.

SANTOS, Luiz Carlos dos. Artigos Técnicos-Científicos e Textos de Opinião. 1 ed. Salvador, Eduneb, p.18, 2004.

SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 4 ed. São Paulo, Malheiros, p. 856, 2004.



EMPODERAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS AOS DIREITOS HUMANOS

¹Fernando Teixeira da Silva; ²Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Universidade Federal do Pará (UFPA)

O aumento da violência sexual contra criança e adolescente requer das escolas públicas de Belém maior atenção a este fenômeno. A falta de entendimento por parte dos profissionais da área da educação e da falta de políticas públicas firmadoras aos direitos da vida sexual saudável de crianças e adolescentes colaboram para esta situação. Nesta perspectiva a Universidade Federal do Pará aprovou o programa de extensão coordenado pelo professor Genylton Odilon Rego da Rocha, do Instituto de Ciências da Educação, 2010-2014, intitulado “*Empoderamento das Escolas Públicas de Belém para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.*” Objetiva Prevenir e empoderar os jovens no enfrentamento à violência sexual; promover a formação da comunidade escolar para desenvolver ações de prevenção ao enfrentamento à violência sexual e socializar metodologias exitosas, visando à promoção de novas parcerias entre as escolas. O programa tem como foco de intervenção o desenvolvimento de ações voltadas para a sensibilização, mobilização, fortalecimento e formação de diferentes atores que integram a comunidade das escolas para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Como resultados houve reuniões de sensibilização, mapeamento das ações de enfrentamento, seminários, oficinas e cursos de capacitação aos jovens e professores das escolas selecionadas. A universidade tem um papel relevante no diálogo com esta problemática onde alunos e professores não possuem o entendimento de como se processa tal fato e como reagir quando este aparecer, por isso, a ação extensionista é necessária para colaborar para o fortalecimento da escola na rede de enfrentamento a este tipo de violência.

Palavras-Chave: enfrentamento; violência sexual; educação.

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas afirmou-se o anseio por parte da sociedade civil organizada pela reivindicação de políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes devido a grandes casos de denúncia de violência sexual nos diferentes ambientes da sociedade, necessitando maior entendimento por parte das instituições governamentais e não governamentais a cerca desta problemática.

A Violência Sexual é um fenômeno que envolve qualquer situação de jogo, ato ou relação sexual homo ou heterossexual envolvendo uma pessoa mais velha e uma criança ou adolescente. Segundo o Guia Escolar (2004), conceitualmente a violência sexual pode ser observada sob as formas de: abuso sexual, exploração sexual e tráfico para fins sexuais.

Segundo Faleiros (ibidem), a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre se manifestou em todas as classes sociais de forma articulada ao nível de desenvolvimento

civilizatório da sociedade, relacionando-se com a concepção da sexualidade humana, relação de gênero, posição da criança e o papel das famílias no interior das estruturas sociais e familiares. Dessa forma para entendermos a violência sexual temos que considerar “seu contexto histórico, econômico, cultural e ético” (FALEIROS, 2000, p 17).

A escola tem o compromisso ético e legal de notificar as autoridades competentes casos de suspeita de violência sexual, ou seja, o enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, não obterá êxito se não houver o envolvimento de toda a sociedade. O trabalho de atacar frontalmente este tipo de violência precisa envolver todos, não só o poder público, mas também outros atores sociais. É nessa conjuntura que entra um personagem importantíssimo: a escola.

A escola deve ser uma forte parceira de todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual. Ela pode ajudar a romper o pacto de silêncio que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Sua missão é de extrema relevância, tanto na cruzada pela prevenção do problema - ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também no combate, auxiliando quem sofre essas agressões a ter um atendimento adequado para que volte a ter uma vida saudável e feliz.

Nesse sentido, faz-se necessário promover o empoderamento das escolas para enfrentar a violência sexual infanto-juvenil. “Assim, busca-se através deste programa que envolve ações de extensão, pesquisa e ensino, o enfrentamento e à formação de crianças e jovens protagonista desta problemática. Almeja-se atingir o universo de escolas públicas localizadas na cidade de Belém.

METODOLOGIA

O projeto tem como foco de intervenção o desenvolvimento de ações voltadas para sensibilização, mobilização, fortalecimento e formação de diferentes atores que integram a comunidade das escolas públicas para fortalecer o empoderamento da Juventude ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, particularmente as escolas localizadas no distrito do Guamá, que contempla os bairros periféricos da cidade, tais como: Montese, Condor, Jurunas, Cremação e Guamá.

A primeira etapa do programa foi a seleção das escolas do referido distrito, a meta de cada bairro é inserir na sua ação 05 escolas para participarem e atuarem nas ações de enfrentamento proposta pela equipe do projeto, por meio de uma metodologia que consistia na aproximação e envolvimento não só destas escolas, mas da comunidade no entorno (associações comunitárias, movimentos religiosos, sociais, e jovens).

Neste primeiro contato criou-se uma agenda para o desenvolvimento das ações previstas para os primeiros anos de atuação do programa sendo que nos primeiros dois anos a atuação se desenvolveria no distrito do Guamá, onde os diretores juntamente com a equipe do projeto traçaram as propostas de ações de intervenção na busca do êxito deste programa de extensão.

O estímulo ao protagonismo juvenil se configura como mais uma das características e preocupações do programa, visto que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, logo devem conduzir e protagonizar sua própria história com base na perspectiva de serem multiplicadores na luta em defesa da infância e adolescência e contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta primeira etapa do programa conseguimos resultados satisfatórios, tais como:

- 1-** Mapeamento das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nas escolas públicas localizadas no distrito do Guamá, em Belém: realizou-se a elaboração do instrumental necessário para a coleta de dados (Diagnóstico Rápido Participativo – DRP) junto às escolas, sendo que a sua aplicação não foi realizada em função da greve de professores das escolas estaduais, ocorrida no ano de 2010 e o conseqüente replanejamento escolar. Promoveu-se o início do levantamento de dados referente aos casos de violência sexual cometido contra crianças e adolescentes no município de Belém, junto a órgãos públicos e nos arquivos de jornais diários.
- 2-** Realização de um Seminário temático envolvendo as comunidades escolares das escolas públicas estaduais localizadas no distrito do Guamá, em Belém, e as entidades e atores locais engajados no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: o 1º Seminário do Projeto “Empoderando as Escolas Públicas de Belém para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil”, ocorreu no dia 17 de maio de 2010, no Auditório do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA;
- 3-** Articulação das escolas públicas estaduais localizadas no distrito do Guamá, em Belém, na Rede de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais para enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: realizou-se o levantamento de informações sobre as escolas públicas

localizadas nos bairros que compõem o Distrito Administrativo do Guamá, tendo as mesmas sido contactadas e seus dirigentes convidados para três reuniões de sensibilização ocorridas nas dependências do Instituto de Ciências da Educação da UFPA;

- Empoderamento de pelo menos 70 adolescentes e jovens como protagonistas juvenis sobre o tema, que façam parte comunidade das escolas públicas estaduais localizadas no distrito do Guamá, em Belém: Realização no dia 18 de agosto de 2010, da oficina piloto sobre o tema “Empoderando a Juventude no Enfrentamento a Violência Sexual”, executada na escola Acássio Sobral, localizada no bairro Montese, com a participação de alunos do 2º e 3º anos do ensino médio, sob a coordenação dos bolsistas que integram o projeto. A oficina foi muito proveitosa no tocante ao diálogo e troca de experiências com estes adolescentes e jovens que participaram efetivamente;
- Publicação de pelo menos um artigo em revista científica indexada com os resultados da sistematização de todo o processo e documentos de referência: O coordenador do Programa apresentou durante a realização do Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação de 2010, co-auspiciados pelo Fórum Português de Administração Educacional (FPAE/PT), Fórum Europeu de Administradores de la Educación de España (FEAE/ES) e pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE/BR), realizado nas cidades de Évora (Portugal) e Cáceres e Mérida (Espanha) o trabalho intitulado “**A ESCOLA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO ESTADO DO PARÁ**” (ver em <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/41.pdf>), publicado, posteriormente, no CADERNOS ANPAE, nº 9, 2009 (ISSN 1677.3802). Os bolsistas integrantes do Programa apresentaram dois resumos expandidos durante a 13ª Jornada de Extensão da UFPA, como o tema “Empoderando as Escolas Públicas de Belém para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil”. E finalizando o bolsista Fernando Teixeira apresentou dois trabalhos no 7º congresso norte e nordeste de psicologia em Salvador-Bahia., sobre temática do programa de extensão.

CONCLUSÕES

Por fim percebemos que houve uma mudança significativa nas escolas de abrangência do Programa, e alguns objetivos foram alcançados no que tange ao desenvolvimento e ações de prevenção, haja vista que o assunto é relevante e complexo

necessitando de um tempo considerável para mudanças mais enérgicas. A universidade tem um papel relevante no diálogo com esta problemática da violência sexual infanto-juvenil dentro das escolas, onde alunos e professores não possuem o entendimento de como se processa tal fato e como reagir quando este aparecer, por isso, a ação extensionista é necessária para o fortalecimento da escola na rede de enfrentamento a este tipo de violência.

REFERÊNCIAS

GUIA ESCOLAR: Métodos da identificação de sinais e abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

.FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

O Direito, as práticas emancipadoras e a dignidade da adolescência: cidadania em arte visual

Area temática: Direitos Humanos e Justiça

Sandra Nascimento
Centro de Ensino Universitário de Brasília (UniCEUB)

Autores:

1.Sandra Nascimento; 2.Arian Renee Fuentes Peres; 3. Ana Carolina Ramiro Anjos; 4. Ananda Akkazzha R. Cardoso; 5. Andreia Mendes Silva; 6. Camila Tereza do C. Pereira; 7. Eduardo Rangel Aiache; 8. Eurípedes Trajano Dourado; 9. Fernanda Tercetti Nunes Pereira; 10. Paloma dos Santos Brito; 11. Roberta Freitas Costa; 12. Camila Flavia Linz; 13. Kandrea N. Cândido; 14. Cecília Teixeira Costa; 15. Neemias Silva Damasceno (Neemias MC); 16. Helio Feitoza Silva (Mano Helio); 17. Murilo dos Santos Spindola.

RESUMO:

O Projeto de Extensão em Direitos Humanos e Desenvolvimento – PRODIH - consiste em um conjunto de ações, de caráter multidisciplinar, associadas a prática jurídica em direitos humanos, que articula, ensino, pesquisa e ações na comunidade. No âmbito das atividades do PRODIH incluem-se estudos, diálogos na comunidade, cartilhas e elaboração de planos de ação sobre temas de direitos humanos relacionados transversalmente às temáticas principais (moradia, saúde e educação), com ênfase para as questões relativa ao planejamento urbano e a cidade sustentável, saúde psíquica e proteção da infância e adolescência. Todas as reflexões e ações do projeto cumprem diretrizes relativas a não discriminação, igualdade de gênero e raça e à promoção do bem estar social. As ações de extensão, concretamente, contribuem para a emancipação das comunidades vulneráveis, vitimadas pela segregação espacial e humana e utiliza metodologia que promove a autonomia e o empoderamento. No contexto da proteção da adolescência em situação de vulnerabilidade social e inseridas no sistema de acolhimento institucional foram definidas estratégias metodológicas com o propósito principal de dar “voz” a esses e essas jovens, favorecendo a reflexão de si e do mundo a sua volta e da sua inafastável condição de pessoa humana em processo de desenvolvimento, dotada da consciência de sua dignidade e do seu papel de protagonista da própria história. A utilização de estratégias interativas envolvendo a modalidade de audiovisual permitiu aproximação dos atores envolvidos na ação extensionista e a construção de relações de reciprocidade humanística. Como resultado, a ação extensionista em Direitos Humanos promoveu o empoderamento dos jovens a partir da difusão e orientação sobre direitos fundamentais declarados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: cidadania ativa, práticas emancipadoras, infância e juventude



Introdução

A dramática situação em que esses jovens estão inseridos, vitimados pela desestrutura social, econômica, familiar, bem como cultural, tendo sido colocados na casa abrigo por decisão judicial, levou o grupo do PRODIH a definir uma estratégia lúdica, instrumentalizada pela arte áudio-visual, para enfrentar e compartilhar determinados posicionamentos relativos a vida comunitária, dignidade humana, auto-estima e persistência para transformar sua própria realidade.

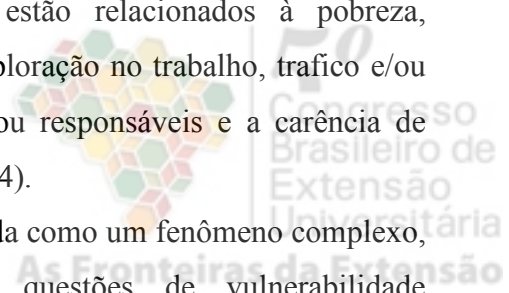
Os jovens da casa abrigo sofrem de baixa auto-estima por estarem na situação de acolhimento institucional, que, em qualquer circunstância que estejam, seja em função da condição de abandono, negligência ou mesmo do comprometimento com o uso de substâncias químicas e de prática de ato infracional, é por si só opressora e estigmatizante e que anula o indivíduo, reduzindo sua singularidade ao contexto impessoal e forjadamente imparcial dos estabelecimentos de acolhimento.

Em razão desses fatos, a equipe do PRODIH direcionou suas ações para a construção de estratégias metodológicas de intervenção na realidade de jovens em situação de acolhimento institucional, de modo que pudesse conferir voz e promover o empoderamento pela afirmação das singularidades. O plano de trabalho foi então estruturado de modo a favorecer às/os jovens envolvidos na atividade oportunidade para se expressar e para ter acesso a informações e outras formas de pensar a própria realidade, auxiliando na construção de sua proposta de vida futura, sem contudo, gerar expectativas ou de outro lado, levá-los ao conformismo.

Pesquisa realizada em 2004 (IPEA/CONANDA 2004) revela que os principais motivos do acolhimento institucional, dentre outros de menor proporção, consistindo em 84% do universo pesquisado, são relacionados à carência material da família, abandono pelos pais ou responsáveis, violência doméstica, dependência química dos pais, vivência de rua e a orfandade, sendo esta correspondente a apenas 3,3%.

A análise dos dados obtidos nessa pesquisa levou a conclusão de que 52% dos motivos que levam ao acolhimento institucional estão relacionados à pobreza, configurados nas situações de risco relacionadas a exploração no trabalho, tráfico e/ou mendicância, vivência de rua, abandono pelos pais ou responsáveis e a carência de recursos materiais da família/responsável (SILVA, 2004).

A situação de risco social deve ser compreendida como um fenômeno complexo, de difícil identificação quando se contrapõem questões de vulnerabilidade



socioeconômica, que influenciam diretamente os modos de vida e as relações familiares e comunitárias.

A exposição a um circuito de sociabilidade marcado pela violência, pelo uso de drogas e pelos conflitos com a lei, constituem-se em experiências que levam à exclusão, bem como “ facilitam dinâmicas expulsivas da família nuclear e da casa e o ingresso no circuito da rua e das instituições de abrigo” (DANNY, GRAJNER e BEDOIN 2004).

As situações de risco social reúnem aspectos sócio-econômicos e culturais bastante distintos e diversificados.

A proposta central das ações do PRODIH estão articuladas com a arte-visual, cujo produto final é a produção da revista de direitos ilustrada em modalidade de fotonovela/fotoquadrinho e do documentário interativo, cujo argumento foi definido com base na experiência dos jovens que vivem/viveram em instituição de acolhimento público no Distrito Federal, com a proposta de redefinir o olhar sobre os jovens em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a prática jurídica está associada a questões reais, de tal modo a permitir aos estudantes Curso de Direito desenvolver habilidades múltiplas que lhes proporcionem melhor formação humanística associada a sua formação técnica e teórica.

A habilidade para a análise crítica da realidade, bem como a habilidade para pensar sob a ótica dos interesses sociais, e de agir de forma transformadora são exigências de uma educação de qualidade, tendente a concretizar os princípios constitucionais fundamentais que norteiam o ato educativo, quais seja, o de promover o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Sob a ótica da formação acadêmica com responsabilidade social torna-se imperativo que os/as estudantes desenvolvam também habilidades para solução de conflitos no âmbito coletivo, mediada por ações interdisciplinares, pensando e buscando soluções para os graves problemas sociais, em particular, relacionados ao não atendimento das necessidades básicas com moradia, saúde e educação.

Desse modo, a assessoria e consultoria jurídica em direitos humanos, permeada por ações que envolvem tanto a arte e cultura, com ênfase para a associação entre Direito e Cinema, surge como alternativa para a prática jurídica tradicionalmente

desenvolvida, com ênfase em atividades alternativas que valorizam a dimensão humana, em todas as interfaces que lhes são específicas.

Destaca-se que o artigo 227 da Constituição Federal enuncia o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, ao adolescente ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

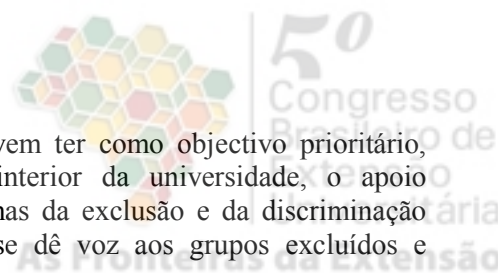
Assim, no âmbito da temática relativa a Juventude e Cidadania Ativa, foi elaborado o plano de ação que se constituiu a partir de dois propósitos principais, quais sejam, articular atuação conjunta com o grupo de pesquisa em políticas públicas para infância e adolescência e definir plano de trabalho para a inserção no tema relativo a jovens/adolescentes em situação de vulnerabilidade social inseridos no contexto de instituições de acolhimento no Distrito Federal, de tal modo a instrumentalizar os jovens para lidar com o cotidiano das adversidades originárias da situação de institucionalização.

De outro lado, pretendeu-se, ainda, contribuir para a formulação de política pública para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e a necessidade de acolhimento institucional, favorecendo a construção de metodologias de ação diretamente com os jovens que experimentam a vida em instituições de acolhimento, inseridos em um contexto social de comprometimento com a drogadicção e com a negligência afetivo-familiar e comunitária.

Destaca-se que os processos pedagógicos de aprendizagem jurídica contemporâneos exigem a vinculação do corpo discente com as questões reais de sua comunidade e de seu país e nesse sentido, pensar a questão do desenvolvimento, da qualidade de vida e da cidadania para jovens em situação de vulnerabilidade, constitui-se em momento de compreensão da realidade sob a ótica da realização de direitos, como etapa indispensável na formação acadêmica, sob a responsabilidade de todo o “staff” institucional, no âmbito do ensino superior.

Nas palavras de Santos (2007)

“... as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados”.



Do que consta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (Governo Federal 2004/2011),

“ Entre as condições de implementação mais operativas que a universidade pode oferecer, está a formação de profissionais e acadêmicos sensibilizados para uma atuação cidadã, eticamente comprometida com o fortalecimento dos direitos e das liberdades fundamentais.ii

É indiscutível, pois, o importante papel das Instituições de Ensino Superior na redefinição da organização social de base democrática, em cujo contexto, a política nacional para a formação universitária seja, na graduação e na pós-graduação, “... *deve apresentar um perfil pedagógico que contemple uma postura democratizante e emancipadora.*

Assim, o PNEDH (Governo Federal 2004/2011), já referido estabelece metas e diretrizes às IES dentre as quais:

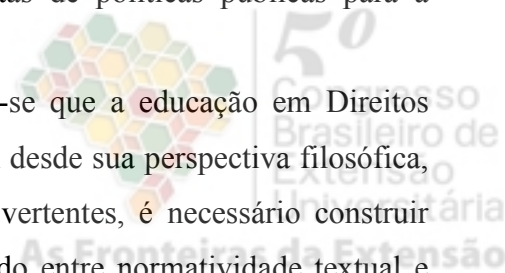
- na área do ensino, as atividades acadêmicas devem estar voltadas para a formação de uma cultura nacional baseada nos direitos humanos como tema transversal, criando programas interdisciplinares específicos nos cursos de graduação e de pós-graduação;
- ao nível da pesquisa, deve ser incentivada a criação de linhas interdisciplinares e interinstitucionais relacionadas ao tema dos direitos humanos, com apoio dos organismos de fomento;
- no campo da extensão universitária, devem ser desenvolvidos programas para a formação de professores de diferentes redes de ensino, assim como demais agentes de educação em direitos humanos em nível local, regional e nacional, de modo a configurar uma cultura educativa nesta área.

Dentre as linhas de ação estabelecidas no PNEDH, considerando como responsáveis as “coordenações de cursos e sociedade civil organizada” , destaca-se o a ação 10, a seguir descrita:

Promover a pesquisa e a extensão acadêmicas, a partir dos fundamentos teóricos dos direitos humanos e das demandas concretas das comunidades, da sociedade civil organizada e das instituições públicas.

Nesse sentido, o presente projeto se alinha às diretrizes nacionais da educação em direitos humanos, bem como se constitui como referencia para a Instituição na medida em que realiza de maneira concreta as metas de políticas públicas para a educação superior.

De outro lado, no plano pedagógico, ressalta-se que a educação em Direitos Humanos possui vertentes variadas, que se desdobram desde sua perspectiva filosófica, política e certamente jurídica. Em quaisquer dessas vertentes, é necessário construir métodos próprios e diferenciados para o transito fluido entre normatividade textual e



doutrinária em realidade e práticas efetivas, aptas a promover mudanças de comportamento em favor do respeito à dignidade humana e da responsabilidade ética de todos/as com o bem estar coletivo.

O respeito aos direitos e o processo de desenvolvimento são indissociáveis e, nesse sentido, a prática jurídica em direitos humanos constitui-se em um instrumento eficiente, não só para a formação acadêmica quanto para a integração com a comunidade por meio de ações que contribuam para o processo de construção da cidadania e da qualidade sem que se constitua em mecanismo de dependência.

Metodologia

Após diagnóstico da comunidade envolvida no projeto foi possível definir um plano de ação, envolvendo as seguintes etapas de trabalho, destinadas, inicialmente, à capacitação endógena (da equipe executora do projeto): 1ª. etapa:); análise da legislação – estatuto da criança e do adolescente; 2ª. etapa: análise dos conceitos “situação de risco” , violência e instituição de acolhimento; 3ª. etapa: preparação do projeto do documentário: envolvendo ações de pesquisa para o levantamento das informações relevantes sobre o sistema de proteção de jovens em instituições de acolhimento no Distrito Federal, que contou com a colaboração dos integrantes do grupo de pesquisa em Políticas Públicas para a Infância e Adolescência – ICPD/UniCEUB.

Durante a etapa de capacitação foi elaborado o plano de trabalho, estabelecendo as estratégias para a execução das 3 etapas acima já referidas, sendo que foram definidos os seguintes passos a serem cumpridos: 1º. conhecer/reconhecer o contexto de vida dos adolescentes, pela observação e informações indiretas e/ou pela manifestação de cada adolescente – diálogos em grupo; 2º: identificar a postura de cada um em face do grupo e da comunidade e o 3º.: destinado a identificar interesses temáticos baseados no estatuto da criança e do adolescente, tais como moradia, educação, saúde, cultura, trabalho, dentre outros. E, por fim, introduzir os conceitos de cidadania ativa. Para a concretização desses passos, vislumbramos a oportunidade de adequar as ações do projeto para o documentário mediante a realização de oficinas, que permitiria o contato com os/as jovens, em observância ao planejamento inicial, que foram executadas com o apoio da instituição. Registra-se que a instituição de acolhimento conta hoje, com uma estrutura distribuída em estabelecimentos centrais e casas descentralizadas na cidade do Gama, Recanto das Emas, Núcleo Bandeirantes, Guará e Sobradinho. O

estabelecimento central dessa instituição, cuida, hoje, de aproximadamente 30 jovens. A maioria, admitidos em razão de situações de vulnerabilidade familiar e por motivo de drogadicção.

A oportunidade de realização das oficinas sobre Cidadania Ativa diretamente na instituição, no espaço de vivência dos jovens, foi decisiva para o detalhamento do argumento e roteiro preliminar para o documentário, pois permitiu consolidar a percepção sobre a vida das e dos jovens em instituição de acolhimento e da política de atendimento a esses jovens.

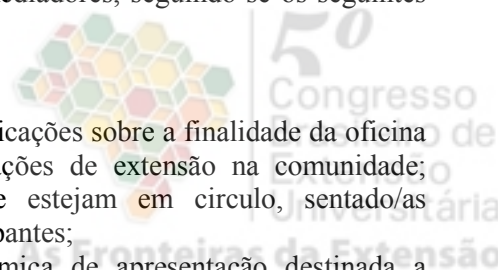
O plano de ação para a realização das oficinas na Instituição de Acolhimento de Jovens, foi elaborado visando atender as necessidades inerentes à natureza da instituição em conformidade com o disposto no art. 92, inciso IX do Estatuto da Criança e do Adolescente, atuando em cooperação com o processo educativo dos jovens.

Seguindo a metodologia própria para a ação de extensão comunitária que caracteriza do PRODIH, após o levantamento de informações, promoveu-se a reflexão sobre a temática foi orientada a partir da exibição do documentário “Juízo” seguido de debate e com base nas leituras indicadas os estudantes foram orientados a refletir e produzir sentido sobre o conceito de cidadania ativa.

Cumprida esta etapa, iniciou-se o planejamento das oficinas para os/as jovens em acolhimento institucional. O objetivo geral definido foi o de promover a consciência da cidadania ativa como sendo uma condição de participar e tomar decisões sobre a própria vida e da vida da comunidade e da responsabilidade em atuar de forma colaborativa e de modo a promover o bem estar individual e do grupo onde esteja inserido e favorecer o empoderamento dos jovens enquanto protagonistas de sua própria história.

As oficinas foram planejadas em quatro módulos iniciando. A 1ª. oficina utilizou metodologia de dinâmica em grupo, lúdica e interativa, envolvendo o tema cidadania ativa. A oficina foi realizada utilizando dois tipos de dinâmicas, e com a necessária participante de jovens integrantes ou ex-integrantes da instituição e de agente social que tenha participado das etapas e planejamento das oficinas, para atuarem como mediadores, seguindo-se os seguintes procedimentos:

1. Apresentação do PRODIH, explicações sobre a finalidade da oficina e o papel da Instituição em ações de extensão na comunidade; orientação para que a equipe estejam em círculo, sentado/as intercaladamente com os participantes;
2. Em seguida inicia-se a dinâmica de apresentação destinada a apresentação da equipe e da/os jovens participantes, com a proposta



de orientar para que cada um afirmasse aspectos positivos de sua condição de pessoa, sem que houvesse referências a cargo, profissão ou qualquer outra situação que revelasse autoridade ou superioridade, seguiu a seguinte forma:

2.1. cada integrante da equipe do PRODIH se apresenta reforçando aspectos relacionados a cor, gênero, idade, local de nascimento, e preferências pessoais sobre alimentação, saúde, estudo e atividade cultural;

2.2. Em seguida, intercaladamente, um participante jovem, seguindo a mesma estrutura, se apresenta, favorecendo, assim que eles/elas percebam a relevância das situações apresentadas, sem que se indique o que ele deva dizer, ficando livre a manifestação.

3. Em seguida, após um intervalo para lanche, a equipe prepara o material para o debate sobre cidadania que consiste em um “boneco” de papel fixado na parede apenas com o rosto identificado.
4. A equipe informa que esse “boneco/a” representa mais uma pessoa que irá conviver com todos ali;
5. os participantes são orientados a sugerir um nome. Nesse momento a equipe deve orientar sobre a importância do nome para uma pessoa;
6. Em seguida a equipe discute a questão de gênero, indicando que todos devem ser respeitados na sua condição de homem ou de mulher;
7. A equipe, a seguir, entrega cartões em cartolina colorida com frases ou palavras sobre direitos e sobre situações da vida de cada um de nós relacionados a condição de “cidadania ativa” respondendo a seguinte questão: como age um cidadão e uma cidadã ativa?;
(expressões/termos utilizados: não se sente inferior, não pratica violência, não aceita violência, não maltrata os colegas, não briga, não grita, não tem preconceito, não pratica maldade, não prejudica ninguém, participa e ajuda a tomar decisões, colabora, cuida do lugar onde mora, cuida dos amigos, pratica gentileza, tenta fazer do lugar onde mora um lugar melhor, respeita o jeito e o modo de vida de cada um, respeita o meio ambiente, cuida do corpo, estuda, brinca, pratica esporte, conhece seus direitos, conversa com os amigos, pede ajuda quando precisa e , ajuda quando pedem)
8. Cada jovem participante escolhe um ou mais cartões e são orientados para compor o “boneco” fixando os cartões com adesivo, indicando como é ou como deve ser uma pessoa cidadã.
9. Cada jovem e cada integrante da equipe lê o seu cartão e explica o que entende e porque considera que é importante aquela condição;
10. A equipe deve sempre mediar o diálogo com esclarecimento sobre o que é ser um cidadão/cidadã ativa e valorizando sempre a fala de cada um do/as jovens participantes;
11. A equipe não poderá em nenhuma hipótese intervir com manifestações sobre o que fazer ou não fazer em uma situação específica; os exemplos e explicações devem ser gerais e objetivos, em uma linguagem acessível;
12. A dinâmica da oficina deve ser flexível para ajustar ao tempo e interesse dos/as jovens
13. Ao final, o boneco com os cartões afixados, deve ficar em local de trânsito dos/as jovens na Instituição, para que eles tenham acesso ao conteúdo dos cartões, como registro de memória.

A 2ª. Oficina utilizou recursos metodológicos destinados a favorecer a abordagem de auto-imagem, auto-respeito e educar para a diversidade e igualdade de gênero e raça, bem como introduzir o/as participantes na arte poética, oportunizando momento para refletir sobre seus direitos, sobre quem ele é e o que quer, bem como de que maneira ele pode buscar apoio. Foram utilizados os seguintes procedimentos:

1. Cada participante, em dupla senta em uma das mesas com dois integrantes da equipe que atuarão como orientadores;
2. Cada participantes recebe uma poesia incompleta, com apenas algumas palavras ou frases iniciadas relativas a nome, cor, o que gosta, o que pode, o que quer e sobre o seu passado e futuro.
3. Em seguida os participantes são orientados a completar as frases, momento em que a equipe orienta sobre o tema, explicando e dando exemplos;
4. A equipe deve ficar a disposição quando os participantes tiverem dúvida e devem deixá-los pensar e refletir o tempo que acharem necessário;
5. Em seguida, a equipe pergunta se o participante quer ler sua poesia para todos, ou se autoriza alguém ler em seu lugar.
6. Todas as poesias construídas devem ser lidas, e aplaudidas, devendo a equipe fazer elogios e incentivar o participante para continuar escrevendo.
7. Em seguida, os participantes são orientados a elaborar um pequeno texto sobre tema relacionado a cidadania e dignidade humana(texto livre), ou escrever uma carta para alguém;
8. A musica será utilizada como trilha para o documentário realizado.

A metodologia estabelecida para a 3ª. oficina foi orientada no sentido de proporcionar a cada participante se colocar enquanto protagonistas de sua própria vida e participantes do processo de reflexão sobre sua condição de adolescentes e dos direitos declarados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para cumprir essa finalidade, o formato da oficina foi orientado para a modalidade da **teatralidade fotográfica**, com as seguintes estratégias:

1. Cada participante recebe um texto com fragmentos do ECA e escolhe o tema que quer representar.
2. A equipe do PRODIH planeja com os jovens as cenas a serem fotografadas;
3. Os participantes discutem a cena com a equipe, que deve fazer as intervenções necessárias para esclarecer a atuação de cada um no contexto dos direitos humanos;
4. Com a cena preparada, um ou dois integrantes da equipe fotografa a cena.
5. Uma pessoa da equipe fica responsável por anotar a cena, o direito a que se refere e quem foram os participantes.

6. Para cada direito, há o diálogo da equipe com os participantes para identificar o que eles entendem sobre o direito e quais as experiências de cada um sobre o tema.
7. Em seguida, prepara-se a cena e fotografa, com o registro de algumas falas dos jovens.

A inspiração para a elaboração da revista ilustrada veio do Projeto “FIQUE VIVO” executado na cidade de Belo Horizonte.

Em razão da maior proteção legal sobre o direito de imagem e tendo por referencia o cuidado com a imagem dos jovens da instituição de acolhimento, todas as ilustrações estão em efeito “desenho” sobre a imagem fotográfica dos jovens e das jovens que participaram efetivamente definindo a cena e dirigindo as “falas”. As cenas fotografadas foram tratadas com efeito especial preservando a identidade e imagem dos jovens que participaram da elaboração da cartilha.

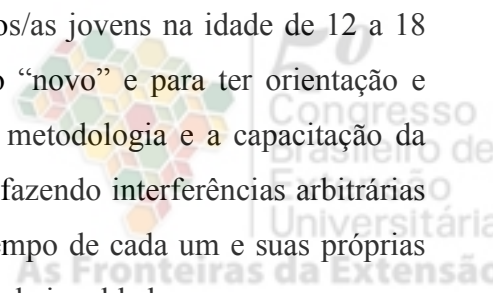
Ao final se emite o certificado de participação como retribuição importante que promoverá ainda mais o processo de autoestima, valorização pessoal e incentivo para que estes jovens possam dar outros sentidos às suas próprias ações.

Resultados e Discussões

Todas as ações na instituição foram mediadas por dois jovens que antes lá residiram que se dedicaram a incentivar os demais jovens para participar. Sem essa intermediação não teríamos alcançado o resultado pretendido de maneira eficiente.

As atividades foram desenvolvidas no espaço físico da instituição, cuja condição era proporcionar um ambiente natural de uma oficina, desvinculada da característica de que se investe a instituição. Nesse aspecto particular, destaca-se que não houve intervenções de “agentes sociais” monitorando os jovens, constituindo-se em uma singular estratégia de respeito e valorização dos jovens, pois permitiu demonstrar que o grupo estava desprovido de preconceitos quanto a questão da segurança patrimonial ou pessoal.

A produção da revista ilustrada demonstra que os/as jovens na idade de 12 a 18 anos estão em uma posição bastante receptiva para o “novo” e para ter orientação e cuidados no nível humanístico. Significa dizer que a metodologia e a capacitação da equipe do Projeto em respeitar a individualidade, não fazendo interferências arbitrárias na vida de cada um deles, bem como respeitando o tempo de cada um e suas próprias restrições, permitiu a experiência das relações em nível de igualdade.



Experiência única em referencia a grupos de extensão que atuam na comunidade promovendo as intervenções direcionadas por interesse unilaterais.

A equipe esteve orientada para executar as atividades das oficinas que estivessem no âmbito do interesse dos jovens participantes e estiveram preparados para mudar a dinâmica se fosse necessário e para reduzir etapas para atender às circunstâncias de interesse dos jovens.

Nesse aspecto é importante registrar que a equipe do PRODIH foi capacitada para compreender e refletir sobre a ação extensionista com jovens adolescentes, que não está subordinada a cumprir o plano de ação de maneira formal e dogmática mas, sim de forma interativa e subjetivada.

As subjetivações do grupo do ProdiH, constituído de estudantes do curso de direito e do curso de comunicação social – jornalismo do UniCEUB, em seu universo de jovens de classe média, amparados por uma estrutura social e afetiva favorável encontrou as subjetivações de mundo dos jovens na instituição de acolhimento, vitimados pela negligência afetivo-familiar e social e submetidos a sistema de negação de sua singularidade, vivenciando quotidianamente os estigmas sociais referentes a condição de vítimas ou de “marginais”.

E nesse contexto, desmistificando o olhar até então construído sobre os jovens, os participantes demonstraram que estão prontos para receber e compartilhar ações, afetos e expectativas de futuro melhor.

O elemento relevante e inovador da proposta extensionista atuando em comunidades de jovens/adolescentes em situação de vulnerabilidade está no desafio de aproximar mundos diferentes sem negar as singularidades e de não se ter controle absoluto do processo da intervenção.

Nesse aspecto a estratégia do teatro fotográfico possibilitou a interatividade no processo de construção de saberes e reconfigurou a perspectiva das atividades de oficina para dinâmicas interativas, no estilo da metodologia construída por Augusto Boal em “o teatro do oprimido”, mas de forma ampliada para as ações de dimensão sócio educativos de base humanística contemporânea.

O processo da intervenção social pela metodologia do “teatro do oprimido” é orientado para “... construir laços de significação para os grupos sociais, através da elaboração de estratégias, que forneçam e articulem possibilidades aos atores participantes do processo de intervenção de encontrarem soluções para os problemas gerados pelo social” (TEIXEIRA s.d.). Entretanto, o processo desenvolvido por meio

das oficinas que culminou da elaboração da revista ilustrada, seguiu o padrão de não produzir respostas, mas de ouvir o que os jovens tinham a dizer, a partir de situações do seu cotidiano, os quais revelaram o olhar atento para a questão do descado para com a saúde e para o falho e frio sistema de justiça,

De outro lado, a intervenção não proporcionou uma mudança na realidade ecológica, mas proporcionou aos jovens que falassem de sua realidade sem sofrer constrangimentos e a partir daí refletir sobre sua posição de protagonista de sua própria história, para a qual a revista ilustrada se torna um importante instrumento de informação, esclarecimento e empoderamento.

Conclusão

O acolhimento institucional é uma medida de proteção especial e, portanto, um serviço específico dentro da política de atendimento a crianças e adolescentes e segundo Aquino (2004) :

“Em termos gerais, esta política envolve cinco amplas linhas de ação: (i) políticas sociais básicas; (ii) políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; (iii) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; (iv) serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; e (v) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente”.

A proteção integral e prioridade absoluta assumem, desse modo, a dimensão de direito subjetivo, materialmente fundamental, reunindo caráter de superioridade hierárquica, que podem ser deduzidos em circunstâncias fáticas concretas, por meio do processo de interpretação capaz de traduzir o conteúdo e a importância (SARLET 2001) para a máxima efetividade do disposto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988..

Tais situações fáticas protetivas devem necessariamente decorrer do regime e dos princípios adotados pela constituição, podendo se desdobrar no direito de desfrutar de uma vida livre de violência e do bem estar físico e mental, associada às circunstâncias de moradia decente, alimentação de qualidade, convivência comunitária, apoio psicossocial próprio e de seus familiares e principalmente, do direito de não sofrerem ingerências arbitrárias em sua vida privada nem de serem submetidos a situação de constrangimento, preconceitos ou discriminação e primordialmente de

serem, a criança e o adolescente, respeitados em sua vontade e na valorização de sua autonomia para decidir sobre as melhores medidas de proteção para si.

Desse modo, muito mais do que ter preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, crianças e adolescentes tem efetivo direito a política social adequada, efetiva e concreta que lhe garanta a dignidade enquanto pessoa em condição vulnerável.

Nesse contexto, as metodologias estabelecidas para a execução das atividades não constituíram um fim em si mesmas, antes, serviram de instrumento de aproximação dos mundos e proporcionaram a redefinição de práticas de respeito aos direitos humanos de jovens em situação de acolhimento institucional.

O compromisso fundamental do grupo de ação do PRODIH é prestar orientação sobre direitos humanos e, dentre outras, promover ações para capacitar a comunidade para o enfrentamento das demandas e a solução dos problemas de forma a afirmar a condição humana de dignidade e, nesse sentido a realização do documentário abrirá uma nova etapa na atividade extensionista em direitos humanos ajustada às exigências contemporâneas tanto nacionais quanto internacionais, de conferir visibilidade aos graves problemas sociais e proporcionar espaços de debate e de busca de soluções.

Referências

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. "A rede de proteção a crianças, a medida protetora de abrigo e o direito a convivência familiar e comunitária: a experiência em nove municípios brasileiros." *IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. 2004.
<http://www.ipea.gov.br/Destaques/abrigos/capit12.pdf> (acesso em 27 de abril de 2011).

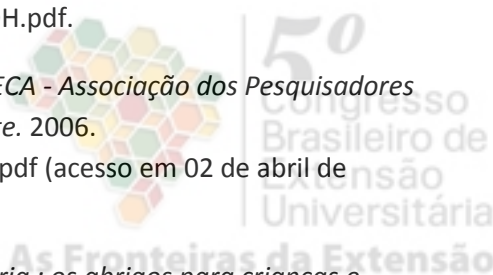
BRASIL. "Constituição Federal 1988." Saraiva, 2011.

DANNY, Lescher Auro, Bettina GRAJGER, e Graziela BEDOIN. "Crianças em situação de risco social." *Projeto Quixote*. 01 de setembro de 2004. www.projetoquixote.epm.br/publicacao.pdf (acesso em 21 de abril de 2011).

Governo Federal. "Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos." 2004/2011.
http://www.unicap.br/catedradomhelder/pdf/plano_educDH.pdf.

GULASSA, Maria Lucia Carr Riberito. "A fala dos Abrigos." *NECA - Associação dos Pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente*. 2006.
<http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/abrigo-miolo.pdf> (acesso em 02 de abril de 2011).

IPEA/CONANDA. *O direito à convivência familiar e comunitária : os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, Distrito Federal, dezembro de 2004.



Presidência da República. “Estatuto da Criança e do Adolescente .”
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

SANTOS, Boaventura de Souza. “A Universidade do Século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.” 2007.
<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

TEIXEIRA, Tania Márcia Baraúna. “Dimensões Sócio Educativas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal.”
<http://www.iacat.com/revista/recreate/recreate04/Seccion4/Teatro%20del%20oprimido.pdf>
(acesso em junho de 2011).



O TRÁFICO DE DROGAS E A PRISÃO FEMININA: UM ESTUDO SOBRE AS HISTÓRIAS DE VIDA DE APENADAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL

Ana Júlia Knack¹

Rosana Jardim Candeloro²

Resumo

O artigo que ora se apresenta relata a implementação de um programa de cinema oferecido às apenadas do Presídio Regional de Santa Cruz do Sul – RS – como atividade cultural, em 2009 e início de 2010, e estratégia para o acesso às histórias de vida das mesmas. Foram realizadas 18 entrevistas através da metodologia “histórias de vida”, antecedidas pela assinatura de um Termo de consentimento Livre e Esclarecido. Concluiu-se que, a partir do manancial dos dados qualitativos levantados, a maior parte delas é mãe, sofreu violência intrafamiliar e envolveu-se com o tráfico de drogas por seus companheiros.

Palavras-chave: Presídio. Apenadas. Drogas.

Introdução

O artigo ora apresentado expressa alguns resultados alcançados através do projeto de extensão denominado “Ressocialização do Presídio Regional de Santa Cruz do Sul”, iniciado no ano de 2008. As ações as quais o texto se refere ocorreram a partir do segundo semestre de 2009 até o final do primeiro semestre de 2010.

O projeto de extensão mencionado conta com a chancela da Pró-Reitora de Extensão e Relações Comunitárias da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC e continua em franco desenvolvimento junto a apenados e apenadas em 2011, em seu terceiro ano de edição, agregando em sua equipe quatro docentes e quatro bolsistas de extensão.

Materiais e métodos

Desde o início do trabalho no presídio regional, constatou-se que, para que houvesse uma maior aproximação e familiarização de nossa parte com as apenadas, inicialmente, seria fundamental que participássemos dos grupos realizados com elas pelas estagiárias do curso de Psicologia da UNISC e pela Psicóloga da casa prisional e, a partir daí, iniciáramos nossa atividade intitulada “Cinema na Sala de Aula”, através da qual apresentávamos diversos filmes, quinzenalmente, em DVD, na sala de aula do presídio. Após cada filme, realizávamos debates para que as apenadas pudessem discutir a temática do DVD exibido. Foi uma estratégia

1 Acadêmica do curso de Psicologia da UNISC e bolsista de extensão entre 2009 e 2010 no Projeto de Extensão “Ressocialização no Presídio Regional de Santa Cruz do Sul”.

2 Docente de Filosofia da UNISC e coordenadora do Projeto de Extensão “Ressocialização no Presídio Regional de Santa Cruz do Sul” desde 2008.

interessante adotada por nós, pois, a cada sessão realizada, elas se sentiam mais próximas e também mais dispostas a conversar e expor suas emoções.

Os filmes apresentados às apenadas foram selecionados pela coordenadora do projeto de extensão, que assistiu a todos eles, certificando-se de que seriam apropriados ao público-alvo.

Com o passar do tempo, entre o primeiro e o último filmes apresentados às apenadas, fomos adquirindo sua confiança e também sentimo-nos mais seguras para começar a realizar as entrevistas individuais com elas, através do método de abordagem “histórias de vida”.

A história de vida é, por excelência, um tipo de pesquisa qualitativa que não tem a pretensão de ser representativa no que diz respeito à amostragem e também não possui o compromisso de atingir a generalização estatística, mas só pode ser entendida dentro das linhas de demarcação das possibilidades.

São muitos os métodos e as técnicas de coleta e análise de dados em uma abordagem qualitativa e, entre eles, a história de vida ocupa lugar de destaque. Através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente fundam-se a evocações passadas. Assim, a vida olhada de forma retrospectiva possibilita uma visão total de seu conjunto e o presente torna possível uma compreensão mais aprofundada do passado.

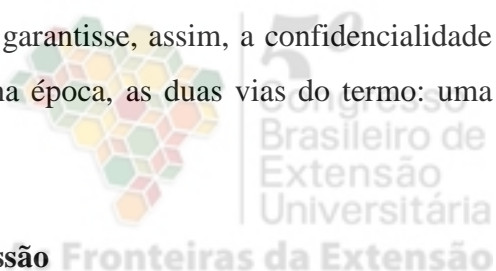
A história de vida permite uma aproximação dos sujeitos de pesquisa e um melhor entendimento da realidade estudada (CHARTIER, 1996). Para Camargo (1984), a história de vida possibilita apreender o lado interno de cada sujeito de pesquisa.

Realizamos de duas a três entrevistas nos turnos em que trabalhávamos no presídio regional, devido à dificuldade de locomoção das apenadas, pois se dependia dos horários de pátio, de almoço e das demais atividades que elas tinham na casa prisional e, outras vezes, da boa vontade da guarda penitenciária, que nem sempre trazia as apenadas solicitadas para o encontro. As entrevistas foram realizadas na sala dos técnicos da SUSEPE, onde nós e a apenada solicitada para a atividade permanecíamos. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas, para que não se perdesse a riqueza dos dados.

Foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constavam todas as informações necessárias para as apenadas, para que se garantisse, assim, a confidencialidade dos dados e o sigilo de sua identidade. Elas assinaram, na época, as duas vias do termo: uma ficava conosco; a outra via com cada uma delas.

Resultados e Discussão

A cada entrevista era uma surpresa: algumas das apenadas contavam detalhes de sua



história, desde a infância até o seu momento atual; outras eram mais sucintas. Todas as apenadas que foram convidadas a participar da entrevista a aceitaram e a maioria gostou de participar. Algumas mostraram-se mais defensivas, mas, após a explicação metodológica da atividade e o fato de que os dados seriam destinados apenas a trabalhos científicos, elas participaram e responderam à íntegra das questões.

Através do contato com as apenadas, pudemos perceber que a privação de liberdade muitas vezes contribuiu para que elas ficassem depressivas, abaladas emocionalmente e, às vezes, com vontade de tirar a sua própria vida. Em alguns dos relatos obtidos nas entrevistas, a maioria delas chorou muito, falando sempre da dor causada pelo distanciamento da família e dos filhos, de como é complicado e sofrido saber que seus filhos estão sob o cuidado de outras pessoas da família e até, em alguns casos, que acabaram indo para alguma instituição ou abrigo. Uma das entrevistadas relatou: *“Minha filha me abandonou, nem quer saber de mim...”*, comentando também o preconceito da sociedade e da família por estarem presas. São mulheres que, além de perder a sua liberdade, estão privadas do acompanhamento e desenvolvimento dos filhos.

Todas as entrevistadas preocupavam-se muito com o seu futuro, em como seria sua vida após o cumprimento da pena. Queriam retomar suas vidas, arrumar um emprego, ser felizes. Sabemos que o mercado de trabalho ainda não tem demanda a um ex-presidiário para que ele refaça sua vida de forma digna e honesta, sem reincidir no crime. Ao sair após o cumprimento de sua pena, o ex-presidiário sente na pele a exclusão, que se inicia a partir do momento em que o mesmo é recolhido ao presídio. Ao retornar à sociedade, acaba reincidindo, pois se transforma em “clientela” crônica da instituição fechada (THOMPSON, 1983).

Dejours (1994) aponta que o trabalho é um espaço de construção do sentido e, portanto, de conquista da identidade, da continuidade e da historicidade do sujeito. Assim, ao se preocuparem com seu futuro, as apenadas relataram uma preocupação muito grande com a sustentabilidade de suas famílias, sinalizando a importância que o mercado de trabalho tem na vida de todos, principalmente na vida de pessoas como essas mulheres, que precisam recomeçar ou ao menos retornar à vida em sociedade.

Um dos maiores problemas encontrados no presídio, a partir das histórias de vida, foi o uso de drogas. A maioria das mulheres era usuária antes de presas; muitas delas também traficavam. As drogas que mais utilizavam eram a cocaína e a maconha, mas algumas também utilizavam o *crack*. Ao entrarem no presídio, algumas continuaram as utilizando e, às vezes, até mais do que quando estavam soltas, já que possuíam a seu dispor muito tempo ocioso lá dentro. *“Eu passei muito tempo sem entender, me destruindo a mim mesma, sem entender, sem saber por*

quê. .Aí, tive que apanhar da vida pra poder enxergar as coisa” (chorando muito). Esse depoimento foi de uma apenada usuária de drogas. Bucher (1992) afirma que o dependente químico tem transitado entre o manicômio e o presídio, ocupando o lugar do louco e do transgressor da lei, ambos excluídos pela sociedade e rotulados ora como doentes e ora como delinquentes, pois a maioria das propostas de tratamento da drogadição propõe a institucionalização do sujeito.

Sabemos que no presídio são proibidos celulares e drogas, mas nem sempre é possível controlar o que entra na instituição, já que, inclusive através do telhado, pequenos objetos são jogados para dentro do pátio. Quando encontram droga ou celular com uma apenada, essa recebe um ‘castigo’ e, muitas vezes, sua pena aumenta.

Enquanto estivemos trabalhando no presídio, em uma das celas das mulheres foi encontrado um celular em meio aos pertences de uma apenada e drogas com outra; as duas foram retiradas da cela e levadas para uma outra, onde ficaram isoladas sem fogão, televisão e sem acesso à cantina. Esses castigos são muito criticados pelas apenadas, pois dizem ser uma situação desumana, o que se depreende claramente neste relato de uma apenada: *“...a gente tava passando fome! De verdade...bah...eu emagreci eu acho que uns 5kg. A comida que eles mandam a gente não consegue comer. Tem cabelo, a salada vem azeda, sabe, a comida da geral, a gente não come. O que a gente come quando vai é alface, daí a gente lava e tempera de novo, sabe...”*.

Além do trabalho realizado dentro do presídio, participamos, mensalmente, das reuniões do Conselho da Comunidade do presídio regional, que ocorriam em uma sala do Foro de Santa Cruz do Sul. Nessas reuniões participavam os membros do conselho, a equipe técnica do presídio, as estagiárias do curso de Psicologia da UNISC, o Juiz da Vara de Execuções Criminais e o Promotor de Justiça.

Através das histórias de vida que obtivemos, percebeu-se que as apenadas são em sua maioria de classe social baixa, tendo passado por muitas dificuldades durante a sua infância e vida adulta. Algumas sofreram violência intrafamiliar, mas a maioria não quis falar sobre isso. Algumas delas optaram pelo crime como sinônimo de “dinheiro fácil”, para alcançarem uma vida melhor e mais digna.

Dentre as 18 entrevistadas, apenas três possuíam o Ensino Médio completo e uma já havia feito um curso técnico. Muitas pretendiam voltar a estudar e algumas pensavam em fazer o vestibular. Constatou-se que as apenadas possuem um nível de escolaridade formal mais alto que os apenados.

O delito mais comum entre as apenadas foi o tráfico. Algumas traficavam juntamente com seus companheiros; outras, por iniciativa própria. Havia alguns delitos diferentes como

envolvimento em assalto; presas em flagrante por causa do companheiro; e apenas uma por homicídio.

Conclusão

Observou-se, ao final do trabalho com as apenadas, que o Presídio Regional de Santa Cruz do Sul teve de se adaptar, estruturalmente, para o acolhimento de mulheres, considerando o fato de que, há sete anos atrás, não havia população feminina nessa casa prisional.

Paralelamente às reformas físicas no prédio, um contingente maior de agentes penitenciárias foi deslocada para o trabalho quinzenal na segurança do presídio, em virtude da população feminina ter oscilado entre 37 e 20 nesses dois últimos anos.

Coletar as histórias de vida das apenadas permitiu-nos ter um contato direto com o mundo da criminalidade e da violência, no qual, não se pode esquecer, existem mães, mulheres, seres humanos, que, um dia, não estavam inseridas nesse universo - e do qual muitas anseiam sair.

As experiências vividas durante a realização dessas entrevistas no presídio foram desafiadoras e proporcionaram um incomensurável crescimento pessoal e profissional.

Através desse estudo, constatou-se que há um anel recursivo que envolve a vida dessas mulheres, uma vez que elas reproduzem a violência intrafamiliar sofrida e submetem-se aos riscos provenientes dos delitos cometidos por seus maridos, vivendo sob um constante medo da privação de liberdade e do convívio com os filhos.

Referências

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M.; AMADO, J (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 46-61.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 54, v. 14, 1994.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.



PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AS QUESTÕES DE GÊNERO

Direitos Humanos e Justiça
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)
Luís Marcelo Mendes¹
Nair Angélica Comassetto Marchezan²
Susana Ferrari Loureiro Dahse³

Resumo

O Programa de Enfrentamento às Questões de Gênero nasceu em março de 2009 da articulação dos Cursos de Direito, Enfermagem e Serviço Social, da Universidade Luterana do Brasil, Campus Carazinho, RS. O Programa de Enfrentamento às Questões de Gênero é um núcleo interdisciplinar especializado no atendimento das demandas envolvendo a violência contra mulheres e adolescentes, e também atua em ações de prevenção contra gravidez, DSTs/HIV/AIDS no município de Carazinho, RS.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Saúde

1. Introdução

A violência tem assumido contornos alarmantes, tornando-se um problema crônico no Brasil, em especial a violência contra adolescentes e mulheres (MENDES, 2008). Com o intuito de combater esse tipo de violação o Estado criou inúmeros mecanismos legais, com o objetivo de penalizar a conduta desses violadores, entre o mais recente pode-se destacar a Lei Maria da Penha. Entretanto, apesar desses mecanismos de coerção legal, o poder público não consegue responder de forma satisfatória à efetivação dos direitos desses sujeitos, isso se deve principalmente a crise do Estado Brasileiro, crise esta que perpassa pelas esferas estruturais e econômicas.

Constata-se uma crescente demanda da população por esse tipo de atendimento. No entanto essa demanda não é solucionada devido à precariedade de alguns desses serviços ou até mesmo a inexistência de serviços especializados de atendimento. Portanto, para conseguir tentar contornar essa realidade faz-se necessário a articulação de um trabalho em

¹ Especialista em Direito Constitucional Contemporâneo (UPF). Professor, Coordenador de Extensão do Curso de Direito da ULBRA Carazinho, RS. Coordenador do Programa de Enfrentamento às Questões de Gênero. E-mail: luis.marcelo@ulbra.br

² Assistente Social, Psicóloga. Professora do Curso de Serviço Social e dos Cursos Tecnológicos da ULBRA Carazinho, RS. Coordenadora do Programa de Enfrentamento às Questões de Gênero. E-mail: nair.marchezan@ulbra.edu.br

³ Enfermeira, Professora do Curso de Enfermagem da ULBRA Carazinho, RS. Coordenadora do Programa de Enfrentamento às Questões de Gênero. E-mail: vilsonesusana@ibest.com.br

rede entre o público e o privado na atuação preventiva e punitiva dessa prática criminosa e de suas conseqüências, com o objetivo de tentar minimizar a violência contra mulher e adolescente na comunidade.

Assim, o Programa de Enfrentamento às Questões de Gênero (PEQG) tem como proposta tentar minimizar o problema da violência contra de mulheres e adolescentes, bem como atuar na prevenção da gravidez e na profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, HIV e AIDS, por meio da implantação de um serviço multidisciplinar de referência no atendimento dessas demandas, através da atuação em sintonia com o poder público no intuito de suprir a lacuna nesse tipo de atendimento.

2. Material e Metodologia

O PEQG é constituído de duas frentes de atuação na comunidade, uma voltada para conscientização e promoção dos direitos sociofundamentais das mulheres e adolescentes e aborda também noções básicas de saúde envolvendo temas como; a prevenção da gravidez, DSTs/HIV/AIDS. A segunda frente de atuação é desenvolvida nas dependências do Espaço ULBRA⁴, onde são disponibilizados os serviços de extensão do projeto para as usuárias.

Para tanto, num primeiro momento articulou-se um convênio de cooperação técnico científico com o município Carazinho, a fim de absorver a demanda de usuárias oriundas da CREAS, e também para captação de recursos no intuito de potencializar as atividades e serviços implantados pelo projeto. Em março de 2011 ocorreu um evento na Unidade de Carazinho, no início do semestre letivo para a divulgação do programa e dos resultados alcançados a comunidade acadêmica e regional.

2.1 Metodologia na Comunidade Externa

Nessa fase os cursos de Direito, Enfermagem e Serviço Social, desenvolveram organização palestras sobre a promoção dos direitos e garantias sociofundamentais das mulheres e adolescentes, abordou-se também noções de saúde básicas e a prevenção de gravidez, DSTs/HIV/AIDS. Essa atividade desenvolveu-se através dos professores

⁴ Espaço físico da ULBRA Carazinho localizado no centro da cidade onde são efetivados os atendimentos as usuárias.

envolvidos no projeto com a participação de acadêmicos voluntários e bolsistas. As palestras foram organizadas nos bairros e escolas da comunidade, com o auxílio dos parceiros do projeto, e também serviram para divulgar e encaminhar as usuárias para os serviços desenvolvidos pelo projeto no Espaço ULBRA.

2.2 Metodologia no Espaço ULBRA

O projeto também está implantado nas dependências do Espaço ULBRA, utilizando-se da sua localização privilegiada e da sua estrutura física, onde estão acomodados e disponibilizados os serviços. Num primeiro momento, ocorrerá uma análise social da usuária, a fim de detectar sua situação e avaliar quais serviços deverão ser disponibilizados para solução do seu problema. Nesse primeiro contato será preenchido um formulário de atendimento a fim de obter alguns dados da usuária, bem como acompanhar a evolução do caso.

Destaca-se que os dados coletados serão mantidos em sigilo a fim de resguardar a integridade da usuária, bem como servirão de fonte para a pesquisa quali-quantitativa que será desenvolvida pelo Observatório da Violência e dos Direitos Humanos⁵, projeto vinculado ao Curso de Direito, essas informações também contribuirão para adequar o serviço prestado a alguma demanda não contemplada pelo projeto. O primeiro atendimento é prestado pelos acadêmicos do curso de Serviço Social, que estarão vinculados às disciplinas de Processos Interventivos; Violência e Gênero e Psicologia Social, sob a orientação de um professor responsável.

Nessa primeira triagem será avaliada a necessidade de assistência jurídica, caso seja constatada essa necessidade, a usuária será encaminhada para o curso de Direito, que dará seguimento na demanda na esfera jurídica, esse trabalho será desenvolvido pelos acadêmicos do Curso de Direito, que estarão sob a égide do Núcleo de Advocacia Solidária⁶, projeto de extensão acadêmica do curso de Direito, vinculado às disciplinas de Estágio Supervisionado I – Civil, Estágio Supervisionado II – Civil, Estágio

⁵ O Projeto iniciou no primeiro semestre de 2005, e constitui-se num núcleo interdisciplinar especializado no monitoramento, pesquisa e atendimento das demandas envolvendo violência e a promoção dos direitos humanos na área de abrangência da Instituição.

⁶ O projeto iniciou no primeiro semestre de 2004, com a proposta de constituir num espaço para o exercício da advocacia popular e para o atendimento de demandas às demandas coletivas.

Supervisionado III – SAJULBRA, Estágio Supervisionado IV – Penal e Estágio Supervisionado V – Trabalho, sob a tutela de um professor orientador.

Num segundo momento será realizada a avaliação de saúde da usuária. A consulta de enfermagem terá como objetivos detectar precocemente alterações de saúde da mulher vítima de violência, incentivar o auto cuidado, promover a saúde, realizar encaminhamentos para serviços de saúde (Estratégias da Família). O atendimento será prestado pelos acadêmicos do sétimo nível onde se desenvolve as disciplinas de Estágio Curricular I e II. Nessas disciplinas o acadêmico atua dentro dos programas de atenção primária à saúde, em todas as áreas sob supervisão direta do professor. Caso seja constata na avaliação de saúde a necessidade da realização de tratamento da usuária e mesma será encaminha para a respectiva UBS de seu bairro para tratamento.

O trabalho entre os Cursos envolvidos no projeto se desenvolve sobre uma perspectiva interdisciplinar. Para atingir essa meta, são realizadas reuniões mensais, na última quarta-feira do mês, entre os responsáveis dos cursos vinculados ao projeto, com a Coordenação de Extensão da Unidade. Esses encontros possuem o propósito de discutir e avaliar as atividades desenvolvidas, e adequá-las as necessidades das usuárias.

3. Resultados e Discussões

Ressalta-se que são grandes os resultados alcançados num curto espaço de tempo de desenvolvimento do projeto. Destaca-se como relevante o grande entrosamento dos professores e alunos dos três cursos envolvidos na execução do projeto. As atividades são planejadas e realizadas conjuntamente, dando o caráter efetivamente interdisciplinar proposto no projeto.

A partir de março de 2009, iniciou-se o processo de estruturação do PEQG. Num primeiro momento foram efetivadas parcerias junto a Secretaria de Assistência Social, do município de Carazinho. Após realizaram-se ações de divulgação dos serviços e passaram a ser executados os atendimentos. O PEQG tem se mostrado absolutamente relevante para o atendimento dessa demanda da comunidade, que não conta com outro serviço de atendimento complexo envolvendo violência contra a mulher.

As ações desenvolvidas pelo projeto no primeiro e segundo semestre de 2010 primaram pela divulgação do projeto junto a comunidade através de cursos de capacitação e palestra, tanto no município, como nos municípios na área de atuação da Universidade. Também, ocorreu a criação e apresentação de uma peça de teatro, organizada e articulada pela professora e acadêmicos do Curso de Enfermagem, a fim de debater o tema da violência junto aos alunos da rede de ensino do município.

Para finalizar, destaca-se que no primeiro semestre de 2011 o foco da atividade foi a capacitação das agentes de saúde do município de Carazinho, para que estas se tornem replicadores das informações difundidas pelo projeto no sentido de tornar-se referência para as mulheres e adolescentes que sofrem com esse tipo de violação na comunidade onde atuam.

5. Conclusões

A prática desenvolvida pelo PEQG, sobretudo o atendimento direto às pessoas que sofrem violência, tem sido, sem dúvida, uma experiência significativa tanto para os professores quanto para os acadêmicos dos cursos a ele vinculados. Evidencia-se a responsabilidade social e a inserção da Universidade na comunidade, através da extensão, objetivando diminuir a desigualdade social e de melhor qualificar os seus alunos e prepará-los para o mercado de trabalho. Para a Comunidade o projeto é expressivo, pois, através das atividades nas escolas e comunidades a abordaram-se as questões da violência de maneira simples e levantadas sugestões de prevenção dessa celeuma social. Também destaca-se o atendimento as mulheres que sofrem violência através de encaminhamentos e orientações. Para finalizar ressalta-se a importância do trabalho interdisciplinar que com certeza muito contribuiu para a formação profissional dos envolvidos.

Referências

MENDES, Luís Marcelo. Violência sexual infanto-juvenil no Brasil: uma análise sobre a ótica jurídica. In: MARCHEZAN, Nair Angélica Comassetto; MENDES, Luís Marcelo. **Expressões da violência e seu enfrentamento no CREAS**. Passo Fundo: Editora Méritos, 2008.

PROJETO DE EXECUÇÃO PENAL DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Felipe Martins Pinto

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Autores: 1. Alexandre Luiz Alves de Oliveira; 2. Ana Angélica Moreira da Cunha 3. Carlos Eduardo Sousa; 4. Dayana Gargano Perdigão; 5. Felipe Martins Pinto; 6. Fernanda Otero Costa; 7. Fernando Nogueira Martins Junior; 8. Joanna Paixão Pinto Rodrigues; 9. Leonardo Faustino Pereira; 10. Lidiane Barros de Oliveira Ataide 11. Mariana Mendonça Silva Matos; 12. Pablo Fabrício Souza Pimenta; 13. Pedro Henrique Moraes Ferreira.

Palavras-chave: Execução Penal – Direitos do preso – Assistência jurídica

Resumo

O Projeto de Execução Penal da Divisão de Assistência Judiciária (PEP/DAJ) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) visa promover a prestação jurídica e judiciária à população carcerária carente de Minas Gerais, na busca pela efetivação dos direitos humanos nos moldes previstos pela atual Constituição brasileira. Em parceria com o Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), os participantes do PEP/DAJ visitam estabelecimentos carcerários no intuito de verificar se os direitos dos detentos estão sendo resguardados, bem como prestam assistência jurídica quando necessário para que haja a devida efetivação das disposições de sentença ou decisão criminal e para que sejam proporcionadas condições para a integração social do condenado e do internado. Os discentes colaboram, também, com a elaboração de atividades tendo em vista a melhoria da prestação jurisdicional, auxiliando na análise de processos que se encontram estagnados em comarcas do interior devido à sobrecarga dos magistrados. O Projeto promove, ainda, o acompanhamento do preso, peticionando em seu favor quando houver cumprido os requisitos para gozar de direitos e prerrogativas assegurados pela Lei de Execução Penal brasileira. Através das referidas atividades, foram atendidos diversos detentos e comarcas de Minas Gerais, proporcionando maior celeridade ao judiciário e assegurando os direitos dos assistidos. Dessa forma, além de contribuir para com a sociedade, o Projeto possibilita o contato direto do estudante com a realidade prisional, contato esse extremamente relevante para a formação de uma visão crítica e para o completo desenvolvimento acadêmico.

Introdução

O Projeto de Execução Penal da Divisão de Assistência Judiciária (PEP/DAJ) da Universidade Federal de Minas Gerais aborda, especificamente, a Execução Penal. Trata-se de área jurídica que merece uma atenção especial, pois abarca os aspectos da efetivação das disposições de sentença ou decisão criminal, bem como visa proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Devido à falta de políticas estatais adequadas, resta prejudicada a consumação da previsão legal de integração entre sociedade e condenado. O condenado é lançado em um ambiente muitas vezes inadequado, sem qualquer tipo de amparo, no qual sua situação ainda é agravada pela falta de estrutura e preparo dos órgãos públicos para absorver a estrondosa demanda norteadas pela atual política de “lei e ordem”. Soma-se a isso o precário acesso dos ingressos no sistema carcerário a informações adequadas sobre seus direitos e a maneira de exercê-los.

Tornou-se fundamental, portanto, o Projeto de Execução Penal da DAJ. A prestação jurídica e judiciária à população carcerária carente é uma das formas de busca da efetivação dos direitos humanos nos moldes previstos pela atual Constituição brasileira. Nesse contexto, o referido Projeto visa promover uma atuação na área de Execução Penal e possibilitar o contato direto do estudante com a realidade prisional, contato esse extremamente relevante para a formação de uma visão crítica e para o completo desenvolvimento acadêmico.

Ensino, pesquisa e extensão encontram-se indissociavelmente ligados no Projeto. O ensino é contemplado ao longo de toda a atuação, na medida em que se configura como uma relação intersubjetiva, dialógica e dinâmica entre os graduandos e a realidade na qual estão inseridos, possibilitando a construção da autonomia do indivíduo, capaz de se tornar sujeito de seu próprio saber e co-responsável pela produção coletiva de conhecimento. Por isso, o ensino liga-se estreitamente à extensão, intervenção efetiva na realidade. A extensão associa a teoria à prática, aos anseios sociais e às possibilidades de constante ampliação dos horizontes da Universidade. É nesse sentido que o PEP/DAJ concretiza a bagagem teórica apreendida nos estudos desenvolvidos na Faculdade de Direito, em que a efetivação dos Direitos Humanos coloca-se como desafio maior à prática jurídica contemporânea.

O presente Projeto objetiva, portanto, prestar assistência jurídica e judiciária à população carcerária carente, permitindo a efetivação dos direitos fundamentais dos presos ingressos no sistema penitenciário de Minas Gerais, bem como auxiliar programas que

visam descongestionar o judiciário para que haja maior celeridade dos processos que tratem de matéria penal. Objetiva-se, ainda, promover o acompanhamento do preso, formulando pedidos de progressão de regime, benefícios como o indulto de natal, entre outros. Além de integrar de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão e promover o aprimoramento do aprendizado dos alunos.

Material e Metodologia

Adota-se a perspectiva de construção dialogada do conhecimento, a partir da convicção de que as respostas acadêmicas, se desvinculadas ao meio social, em muito pouco têm a contribuir para a melhoria deste.

O aperfeiçoamento da formação acadêmica do corpo discente da Universidade é buscado através de grupos de estudos, debates, pesquisas e discussões, com vistas a capacitar o alunato para agir efetivamente em prol da sociedade.

São realizadas reuniões semanais, na Faculdade de Direito da UFMG, entre o professor-orientador e participantes do grupo de estudo do Projeto, bem como são elaborados artigos que sintetizam o conteúdo apreendido nos debates que ocorrem na mencionada reunião.

Um outro método adotado pelo Projeto consiste na elaboração de cartilhas, as quais tem por objetivo informar o preso sobre seus direitos e deveres. O material utiliza de linguagem acessível, visando atingir um maior número de pessoas.

No intuito de promover uma maior abrangência da atuação do corpo discente, foram efetivadas parecerias com outros projetos, o que possibilita o desenvolvimento de atividades não apenas em ambiente acadêmico, mas também em unidades prisionais e em instituições que promovem ações em favor da humanização da pena, da inclusão e da justiça social.

Em parceria com o Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), os participantes do PEP/DAJ visitam penitenciárias no intuito de avaliar se os direitos dos detentos estão sendo resguardados e de repassar as demandas dos apenados e da instituição penitenciária ao Conselho Nacional de Justiça para que haja a devida efetivação das disposições de sentença ou decisão criminal e para que sejam proporcionadas condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Os discentes colaboram, também, com a realização de atividades, que ocorrem nas dependências do TJMG, com vistas a melhoria da prestação jurisdicional, auxiliando na

análise de processos que se encontram estagnados em comarcas do interior devido à sobrecarga dos magistrados.

Também em parceria com o TJMG, são realizados Mutirões Carcerários, através dos quais as ações de extensão acontecem, sobretudo, ao promover o acompanhamento do preso, peticionando em seu favor quando houver cumprido os requisitos para gozar de direitos e prerrogativas assegurados pela Lei de Execução Penal brasileira.

Em suma, o projeto conta três frentes distintas de ação: a) um grupo de estudos, que, através da análise e discussão de textos sobre criminologia crítica e direito penal capacita o corpo discente; b) um conjunto de capacitações externas, que tem por objetivo levar os participantes do Projeto a atuar fora do ambiente acadêmico e a promover um diálogo entre aluno, sociedade e Universidade; c) um cronograma de acompanhamento de execução penal em unidade prisional, a fim de oferecer assistência jurídica e judiciária àqueles que não possuem advogado nem defensor público constituído, e não têm meios de arcar financeiramente com tal assistência.

Resultados e Discussões

O grupo de estudos do Projeto produz artigos relacionados ao tema Criminologia e Direito Penal, com foco em Execução Penal, de forma a capacitar o corpo discente e a divulgar os trabalhos realizados para a comunidade acadêmica como um todo, haja vista que não há, na Faculdade de Direito da UFMG, uma cadeira destinada à Execução Penal.

Os participante do grupo estão elaborando cartilhas que destinam-se a esclarecer os direitos e deveres dos encarcerados, com informações diretas e claras sobre garantias constitucionais, prerrogativas legais e administrativas. Trata-se de ferramenta voltada para a ressocialização do preso, que serão disponibilizadas gratuitamente pelo Projeto através de parcerias que estão sendo buscadas. As cartilhas são fruto do trabalho do referido grupo, formado por docentes, discentes e orientadores voluntários. Através dessa atividade, os extensionistas se inteiram melhor sobre a Lei de Execução Penal, aprimorando, dessa forma, o conhecimento acerca da temática.

A parceria com o Programa Novos Rumos do TJMG proporcionou a atuação do PEP/DAJ em processos de diversas comarcas sobrecarregadas de Minas Gerais, dentre elas: Açucena, Araxá, Patrocínio e Santa Luzia. São feitas análises de prescrição e de andamento processual penal de cerca de 16 (dezesesseis) processos por mês, de forma a minimizar a angústia dos réus provocada pela demora da tramitação dos processos, visando, assim, a atender a expectativa deles por uma resposta tempestiva do judiciário.

Também em parceria com o mencionado Programa, foi realizada em 2011 uma visita à Penitenciária Professor Jason Soares Albergária, situada na Cidade de São Joaquim de Bicas/MG, onde foram levantadas demandas dos presos e da instituição.

Registrou-se queixas dos apenados quanto à qualidade da alimentação, a precariedade de determinadas celas, ao desvio de correspondências e à irregularidade dos dias de telefonemas e visitas. As reclamações foram repassadas ao Conselho Nacional de Justiça e, em visita posterior à instituição, consultando os detentos, constatou-se que esses problemas foram sanados.

Além disso, o PEP/DAJ ajuizou ações e impetrou *habeas corpus* em favor de detentos. Ao todo, foram atendidos cerca de 50 (cinquenta) apenados entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011, através do Mutirão Carcerário resultante da parceria entre PEP/DAJ e TJMG.

Conclusão

Devido à importância de se assegurar os direitos dos condenados na Execução Penal, resta claro a pertinência do Projeto em questão. O PEP/DAJ proporciona a formação de juristas capacitados para lidar com esse ramo penal outrora preterido, dotando-os de visão crítica acerca da sociedade na qual estão inseridos. O Projeto proporciona, também, uma melhora no tratamento dispensado aos condenados e internados, seja durante ou após o cumprimento da pena, fazendo surgir uma nova relação entre apenado, sociedade e Estado, o que é primordial para a promoção da coesão social necessária para mitigar a exclusão social, tão visível na sociedade latino-americana contemporânea.

Desse modo, o conhecimento volta-se efetivamente à transformação da sociedade, de forma a permitir a expansão do vínculo entre comunidade e Universidade, transportando para a vivência cotidiana o conhecimento previamente adquirido e produzido no ambiente acadêmico.